

PAO 2020

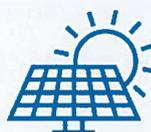
Plano de Atividades e Orçamento 2020



Mercado de
Combustíveis



Energia
Elétrica



Energias
Renováveis



Gás Natural



Biocombustíveis



Reservas
Petrolíferas



**Portugal
Energia**

Índice

PLANO DE ATIVIDADES PARA 2020	5
1 - Nota Introdutória.....	5
2 - Missão e valores	7
3 - Estrutura organizacional.....	7
4 - As Competências da ENSE, E.P.E.	8
A. CONTROLO DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE 2019.....	9
A1 - ENSE, E.P.E. - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP).....	9
A1.1 - A monitorização e armazenagem de reservas petrolíferas.....	9
A1.2 - A gestão das instalações do Depósito PolNATO de Lisboa (DPNL).....	10
A1.3 - O Balcão Único da Energia, estatísticas e divulgação externa	10
A1.4 - Representação comunitária e internacional.....	11
A2 - ENSE, E.P.E. - Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)	12
A2.1 - Controlo de Qualidade dos Combustíveis	12
A2.3 - Fiscalização - Departamento de Biocombustíveis (DB)	14
A2.4 - Fiscalização - Departamento de Gás Natural - (DGN).....	16
A2.5 - Fiscalização - Departamento de Energia Elétrica e Renováveis - (DEER)	16
A2.6 - Defesa do Consumidor / Investigação de Denúncias e Reclamações - (UCP).....	17
A3 - ENSE, E.P.E. - Unidade de Administração Geral (UAG).....	18
A3.1 - Área da contratação pública, jurídica e das contraordenações.....	18
A3.2 - Cooperação e relacionamento institucional	19
A3.3 - Área de gestão de recursos humanos e financeiros	20
A3.4 - Implementação do Regime Geral de Proteção de Dados.....	20
A3.5 - Gestão de sistemas informáticos e de telecomunicações	21
B. PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA 2020	22
B1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)	22
B1.1 - A monitorização e armazenagem de reservas petrolíferas.....	22
B1.2 - A gestão das instalações do Depósito PolNATO de Lisboa (DPNL).....	23
B1.3 - O Balcão Único da Energia, estatísticas e divulgação externa	23
B1.4 - Representação comunitária e internacional.....	24
B2 - Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)	24
B2.1 - Departamento de Produtos Petrolíferos (DPP)	24
B2.2 - Departamento de Biocombustíveis (DB)	26
B2.3 - Departamento de Energia Elétrica e Renováveis - (DEER)	27

<i>B2.4 - Departamento de Gás Natural - (DGN)</i>	28
<i>B3 - Unidade de Administração Geral (UAG)</i>	29
<i>B3.1 - Área da contratação pública, jurídica e das contraordenações</i>	29
<i>B3.2 - Cooperação e relacionamento institucional</i>	30
<i>B3.3 - Área de gestão de recursos humanos e financeiros</i>	30
<i>B3.4 - Implementação do Regime Geral de Proteção de Dados</i>	30
<i>B3.5 - Gestão de sistemas informáticos e de telecomunicações</i>	31
C - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DE 2019	32
<i>C1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)</i>	32
<i>1. Mercado</i>	32
<i>2. Resultados URP</i>	33
<i>3. Reservas</i>	35
<i>3.1 Reservas Físicas - 4º trimestre 2019 (deduzido de 10% dos fundos de tanque)</i>	35
<i>3.2 Tickets</i>	36
<i>3.3 Reservas Totais (deduzindo 10% fundos de tanques):</i>	37
<i>3.4 Distribuição de Reservas- 4º trimestre 2019</i>	37
<i>4. Qualidade das reservas de produtos</i>	38
<i>C2 - Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)</i>	39
<i>C3 - Institucional e transversal</i>	40
<i>C4 - Global ENSE, E.P.E.</i>	41
D - ORÇAMENTO PARA 2020 - UNIDADES	43
<i>D.1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)</i>	43
<i>1. Mercado</i>	43
<i>1.1 Reservas Físicas (deduzido de 10% de fundos de tanque)</i>	44
<i>1.2 Tickets</i>	44
<i>1.3 Reservas Totais</i>	45
<i>2. Evolução dos gastos da URP</i>	45
<i>3. Demonstrações de Resultados - URP</i>	47
<i>4. Custos da URP/ECA (€/Coe) - Prestações Unitárias</i>	48
<i>D.2 - Unidade de Controlo e Prevenção (UCP):</i>	49
<i>D.3 - Institucional e Transversal</i>	51
E- ORÇAMENTO PARA 2019 - ENSE, E.P.E. - Global	53
<i>1. Demonstração de Resultados - ENSE, E.P.E.</i>	54
<i>2. Balanço - ENSE, E.P.E.</i>	58



3. Demonstração de Fluxos de Caixa	61
4. Plano Plurianual de Investimentos ENSE, E.P.E. (2019-2022).....	63
4.1 Plano de Investimentos nas Instalações da PolNATO (DPNL).....	64
4.1.1. Plano de Investimentos em 2019 no DPNL.....	64
4.1.2. Plano de Investimentos em 2020 no DPNL.....	66
4.2 Plano de Investimentos TIC'S	69
5. Plano de Financiamento - ENSE, E.P.E.	70
6 Plano de Redução de Custos - ENSE, E.P.E.	73
F- PLANO DE SUSTENTABILIDADE.....	78
Síntese Conclusiva	78
DOC I - Ata do CA que aprova o PAO 2020	85

PLANO DE ATIVIDADES PARA 2020

1 - Nota Introdutória

O Plano de Atividade e Orçamento para 2020 que a Entidade Nacional para o Setor Energético (ENSE E.P.E.) aqui apresenta, insere-se já num quadro de estabilização das competências de fiscalização do setor energético, importando aqui recordar que, por desígnio da Assembleia da República, e posteriormente por decisão do Governo, esta entidade pública empresarial assumiu em definitivo o papel de entidade fiscalizadora especializada para o setor energético (artigo 173º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro e Decreto-Lei nº 69/2018, de 27 de agosto). Esta estabilização é tanto mais assumida quando o quadro legal agora sedimentado - e que desde logo permite às empresas do setor energético uma previsão a longo prazo quanto ao relacionamento com as entidades públicas setoriais, o que é sempre desejável -, permite conjugar as competências de fiscalização do setor energético, com a gestão das reservas petrolíferas nacionais, mais ainda num claro quadro de transição energética, assumido, além do mais, no Plano Nacional integrado Energia Clima (PNEC), já formalmente apresentado. E dizemos isto porque só uma visão integrada de todo o setor energético vai permitir uma efetiva transição para uma economia de baixo carbono, pois não é crível que, num quadro de transição, não seja uma única entidade a concentrar as diversas valências do setor energético, pois elas já convivem junto dos consumidores, basta ver que os postos de abastecimento de combustíveis derivados do petróleo também já fornecem energia elétrica veicular, e assistimos agora a uma tendência de desejável crescimento.

Mas esta concentração de competências da ENSE E.P.E., como entidade fiscalizadora especializada para o setor energético, não deve apenas ser (bem) avaliada do ponto de vista do mercado, deixando aqui uma nota de elogio à visão dos Parlamentares que seguiram e aprovaram este figurino de concentração de competências também prosseguido a nível internacional, basta recordar aqui a última crise energética, provocada por uma greve que ainda está na nossa memória à data da elaboração deste plano, em que esta entidade pública, pela experiência entretanto adquirida, pelo forte investimentos dos quadros em formação específica, e pelo facto de gerir as reservas estratégicas e de emergência nacionais, assegurou o funcionamento da economia durante o período da crise energética, garantindo, durante aquele período de tempo, que o combustível não faltou em todo o território nacional. Foi também durante o período exigente da crise energética que a ENSE E.P.E. teve oportunidade de demonstrar que, não fora esta concertação de competências em matérias energéticas, e o resultado final seria outro, uma vez que, só uma visão integrada, só uma concentração de meios, permite gerir as necessidades da população em função da circunscrição territorial, e mesmo em função da sazonalidade, que necessariamente tem influência no consumo energético.

Por outro lado, e invocando aqui as competências da ENSE E.P.E., como ECA - Entidade Central de Armazenagem, podemos aqui assegurar que nunca como agora, pelo menos desde a constituição do sistema de reservas estratégicas tal como o conhecemos em Portugal, em 2001, as reservas estratégicas e de emergências mereceram tamanha importância, basta recordar aqui a instabilidade geopolítica a que assistimos na zona do Golfo Pérsico, e o recente ataque a uma refinaria daquela zona do globo, que numa fração de horas fez disparar o preço do crude; ou os estragos cada vez mais frequentes provocados por fenómenos meteorológicos extremos, capazes de provocar danos nas infraestruturas de abastecimento de produtos petrolíferos, sendo que as reservas a cargo da ENSE E.P.E. garantem o funcionamento da economia, tal como a conhecemos, sem necessidade de recorrer a importações, o que, *in extremis* pode acontecer durante uma crise energética como a que já aqui foi invocada, facto também assinalado na altura, como sendo uma certeza indesmentível: as reservas da ENSE E.P.E. garantem que o combustível não falta junto dos distribuidores. Daí que a gestão criteriosa e rigorosa das reservas da República mereçam uma especial atenção gestionária por parte desta empresa pública, pois que o Conselho de Administração reconhece o valor estratégico deste património do Estado, não poupando esforços para garantir a permanente disponibilidade.

Ficaram por concretizar em 2019 as exigências (ditadas pelo invocado quadro legal) do reforço de meios humanos, pois que estamos em crer que o acionista Estado está interessado no integral cumprimento dos já invocados desígnios legais, bem sabendo que a proposta de reforço em RH transita para o plano de atividades de 2020, que aqui apresentamos, numa clara expectativa de aprovação, pois que como é bom de ver pelo cotejo deste documento, não é possível a execução de todas as tarefas, dos já invocados desígnios legais, sem o reforço que vem aqui apresentado, e devidamente orçamentado.

É neste quadro legal que a ENSE E.P.E. elaborou o seu Plano de Atividades e Orçamento para 2020, enquadrado pelas orientações tutelares recebidas, refletindo, também, a prossecução da reestruturação que a empresa iniciou em 2018, com vista à sua modernização, à adequação das respetivas competências legais e estatutárias, tendo sempre em conta o reequilíbrio financeiro da sua exploração, importando salientar que esta entidade pública não recebe quaisquer valores do Orçamento do Estado.



Filipe Meirinho
Presidente do Conselho de Administração

2 - Missão e valores

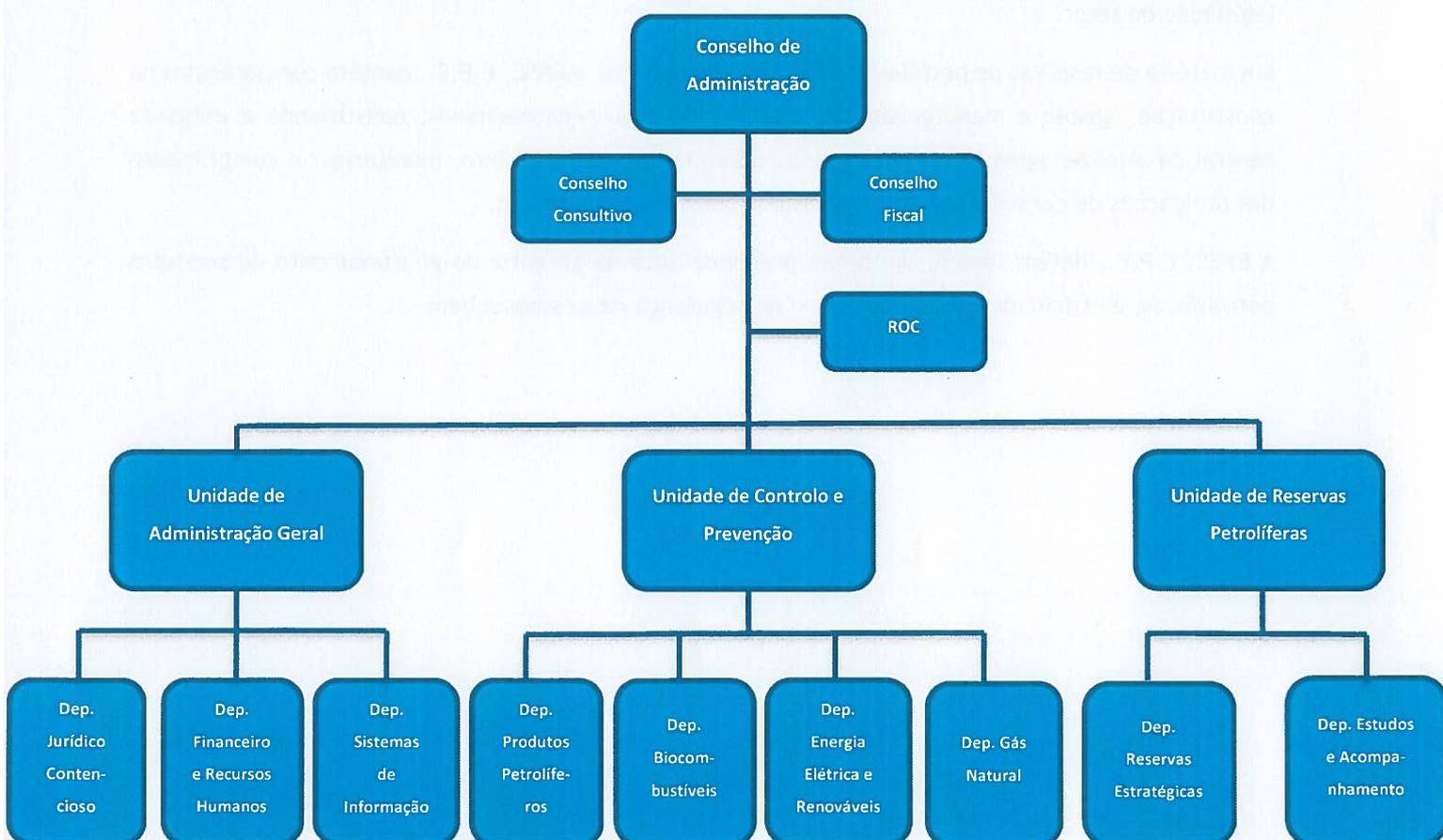
A ENSE E.P.E. assegura a correta gestão e manutenção das reservas e estratégicas e de emergência do Estado Português, garantindo, ademais, a fiscalização de todo o setor energético nacional.

Ciente da sua missão, a empresa presta um serviço público, que garante a todos os cidadãos, e à economia nacional, o acesso a carburante em caso de crise energética, garantindo o funcionamento da sociedade tal como a conhecemos. É ainda missão desta entidade pública, a fiscalização de todo o setor energético nacional, assegurando o seu regular funcionamento, e garantido aos consumidores a prestação de serviços de qualidade, e em segurança.

A nossa missão é executada com independência e rigor, com honestidade e ética, sendo estes os principais valores que norteiam a nossa atividade diária.

3 - Estrutura organizacional

A ENSE, E.P.E., entidade empresarial do Estado, apresenta um modelo organizacional, tal como apresentado no organograma infra, previsto no artigo 19º-A dos seus Estatutos, republicados pelo Decreto-Lei nº69/2018, de 27 de agosto, e completado pelo seu regulamento interno - Regulamento nº35/2019, publicado no *Diário da República*, 2ª Série, de 9 de janeiro- sendo composto por três unidades nucleares, que integram departamentos. Apresenta ainda um Conselho Fiscal, um ROC e um Conselho Consultivo, órgão de consulta especializada da Unidade de Reservas Petrolíferas.



4 - As Competências da ENSE, E.P.E.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto, que entrou em vigor em 1 de setembro, o legislador procedeu à reestruturação e conseqüente redenominação desta entidade pública empresarial, que passou a designar-se Entidade Nacional para o Setor Energético (ENSE, E.P.E.).

Através do referido diploma foram concentradas na ENSE, E.P.E. as competências de fiscalização de todo o setor energético, passando a atuar no setor elétrico e do gás natural, para além do papel que já desempenhava na fiscalização em matéria de produtos petrolíferos e no âmbito do mercado de combustíveis.

Na sua atuação em matéria de energia, a ENSE, E.P.E. é, igualmente, responsável pelo cumprimento do programa de controlo da qualidade dos carburantes, previsto na Diretiva n.º 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, bem como pela análise e avaliação das causas dos acidentes ocorridos no setor energético.

A ENSE, E.P.E. tem ainda por escopo o acompanhamento da evolução do mercado interno de energia e de outros mercados regionais, o conhecimento das características e perspetivas de desenvolvimento do setor petrolífero, bem como a emissão e cancelamento de títulos de biocombustíveis e a fiscalização do cumprimento das normas de promoção da utilização de biocombustíveis.

Como corolário das suas atribuições na fiscalização do setor energético, a ENSE, E.P.E. possui competência para instaurar, instruir e decidir processos de contraordenação por incumprimento da legislação do setor.

Em matéria de reservas de petróleo e produtos petrolíferos, a ENSE, E.P.E. mantém competências na constituição, gestão e manutenção das reservas de segurança nacionais, constituindo a entidade central de armazenagem (ECA) portuguesa, cabendo-lhe, neste âmbito, monitorizar o cumprimento das obrigações de constituição de reservas por parte dos Operadores.

A ENSE, E.P.E., detém, assim, um papel preponderante na garantia do abastecimento de produtos petrolíferos, eletricidade e gás, bem como na segurança de pessoas e bens.

A. CONTROLO DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE 2019

A1 - ENSE, E.P.E. - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

Atividade	Descrição	Calendarização
1	Reservas- Otimização da sua Gestão	Executado
2	Estudo de novas soluções de armazenagem	Executado
3	Plano Plurianual de Investimentos no DPNL	Em curso
4	Balcão Único da Energia	Em curso
5	Processo de Simplificação	Executado
6	Plano de Minimização de Riscos	Executado
7	Participação nas reuniões da Agência Internacional de Energia (AIE) / OCG (UE)	Executado
8	Participação nas reuniões da ACOMES	Executado
9	Desenvolver as soluções de informação e comunicação	Executado

A1.1 - A monitorização e armazenagem de reservas petrolíferas

- a) A URP assegurou a monitorização constante das condições de armazenagem, os custos associados às operações, e tem procurado assegurar processos de contratação de CSO Tickets de forma competitiva com coberturas de risco que tentam otimizar os custos financeiros associados a estas operações que estão muito dependentes da volatilidade dos mercados internacionais e dos seus custos de operação. Para além disso, continuou-se a garantir o acompanhamento contínuo das introduções ao consumo registadas pelos operadores obrigados e a análise da sua evolução face aos períodos homólogos, para com isso procurar projetar as obrigações futuras do sistema petrolífero nacional e tentar planear e executar respostas eficientes.
- b) Durante o ano de 2019, ficou assegurada a avaliação dos custos de armazenagem (que têm registado uma subida significativa) e a analisar a evolução das capacidades instaladas nos diferentes parques logísticos nacionais (no Continente, mas também nas Regiões Autónomas), ao mesmo tempo que se procurou recolher informação sobre opções tidas em conta por parte de outras entidades congéneres, sempre com o objetivo de mantermos atualizada uma reflexão sobre novas possibilidades de armazenagem e com vista a garantir ao conjunto dos operadores uma solução otimizada do ponto de vista logístico, económico e financeiro.
- c) Ao longo deste ano a ENSE, E.P.E. finalizou uma nova versão do Plano de Emergência para cenários de Mobilização de Reservas, que teve ocasião de ser testado num cenário real em agosto de 2019, mesmo que não numa necessidade de utilização de reservas, mas onde os

mecanismos de organização, decisão e ação foram replicados para dar uma resposta operacional que procurou garantir com sucesso o sistema petrolífero nacional a funcionar.

A1.2 - A gestão das instalações do Depósito PolNATO de Lisboa (DPNL)

- a) O Plano Plurianual de Investimentos no DPNL tem continuado a ser desenvolvido, sendo que durante o ano de 2019, para além das operações correntes de manutenção garantidas pela equipa interna de apoio à gestão daquelas instalações, destaca-se a finalização do novo sistema de controlo de inventários dos tanques, a intervenção no sistema de válvulas de retenção, a reabilitação dos tanques 2.4 e 2.5, reparação de parte do anel de combate a incêndios na zona II, reabilitação parcial de vedação na zona III, pinturas exteriores em edifícios, tubagens e válvulas.
- b) Para além disso, foi iniciada a empreitada de reabilitação da proteção marítima da zona I, bem como foi ainda finalizada a ligação por fibra ótica entre as 3 zonas das instalações e melhoria no sistema de rede. Em paralelo, no âmbito do trabalho de apoio técnico desenvolvido com uma entidade externa, tem sido concretizado o levantamento da situação operacional das instalações e vindo a ser identificados novos investimentos necessários para colocar as condições operacionais em linha com as melhores práticas do setor.

A1.3 - O Balcão Único da Energia, estatísticas e divulgação externa

- a) Com a entrada em funcionamento do Balcão Único da Energia, cumpriu-se o objetivo de simplificação da articulação e comunicação com os intervenientes do Sistema Petrolífero Nacional, permitindo o cadastro, reporte, comunicação, troca de informação com todos estes elementos, dispondo-se, ainda, de uma ferramenta de arquivo documental. No entanto, face à evolução do conjunto de responsabilidades legais da ENSE, E.P.E., ao longo deste ano temos concretizado alguns desenvolvimentos que permitiram melhorar a sua base de dados, a criação de informação especializada sobre a nova Rede de Emergência de Postos de Abastecimento, bem como têm sido efetuadas algumas pequenas melhorias nos procedimentos de cadastro e registos de atividade. Para além disso, tendo em vista a inclusão das novas áreas fiscalizadas pela ENSE, E.P.E. (eletricidade e gás natural), foi criado um grupo de trabalho que envolve todas as unidades desta entidade com o objetivo de desenvolver novas funcionalidades que adequem esta plataforma ao conjunto de novos operadores de todo o setor energético nacional.
- b) O processo de simplificação tem procurado assegurar uma relação desmaterializada, tão direta e eficaz quanto o possível com todos os stakeholders. Deste modo, o desenvolvimento do Balcão Único, e das demais ferramentas de informação institucional e de reporte de informação têm garantido que os indicadores de atividade divulgados pela ENSE, E.P.E. são cada vez mais utilizados pela opinião publicada e pública para fazerem um acompanhamento próximo da realidade do setor petrolífero. Ao mesmo tempo, a ENSE, E.P.E. tem continuado a defender a utilidade da proposta de centralização de informação, reporte e comunicação

entre os diferentes organismos públicos com responsabilidades no setor energético, com o objetivo de garantir uma desburocratização e simplificação processual na relação que todos os intervenientes podem ter com o Estado.

- c) A ENSE, E.P.E. continua totalmente empenhada em melhorar os seus canais de partilha de informação e nesse sentido, tem mantido a publicação do seu Boletim Diário, o Relatório Semanal do Mercado dos Combustíveis, o Relatório Mensal sobre o setor dos combustíveis, a sua newsletter eletrónica, tornando ainda público o RX mensal do Mercado retalhista de combustíveis rodoviários.
- d) Foi concretizado um novo site institucional www.ense-epe.pt, que além de dotar a opinião pública de uma informação oficial independente, pretende agora aproximar-se ainda mais dos cidadãos, através da criação de um novo espaço online, que permite a comunicação de denúncias e acidentes no setor. Foi ainda, assegurada a informação disponibilizada nas redes sociais em que a ENSE, E.P.E. está presente.

A1.4 - Representação comunitária e internacional

- a) A ENSE, E.P.E. tem continuado a assegurar, sempre que solicitada, a presença nas iniciativas desenvolvidas no quadro da Agência Internacional de Energia, nomeadamente através da participação nas reuniões dos Grupos sobre Questões de Emergência (SEQ) e sobre o Mercado Petrolífero (SOM). Esta participação é fundamental para a obtenção de informação relevante sobre as condições do mercado, a projeção de evoluções futuras, mas também a articulação com outras entidades internacionais que serão fundamentais num cenário de emergência e definição de respostas num contexto supranacional. Para além disso, a ENSE, E.P.E., na sua qualidade de entidade central de armazenagem, assegura ainda a presença e participação nas reuniões promovidas pela Comissão Europeia do “Oil Coordination Group”, fórum vital para a obtenção de informações oficiais sobre a visão e intervenção da União Europeia sobre o setor petrolífero.
- b) A ENSE, E.P.E. continua empenhada, na articulação da sua atividade e conjunto de responsabilidades legais, numa participação ativa nas reuniões internacionais de acompanhamento da ACOMES (associação internacional para as boas práticas de gestão de reservas estratégicas de segurança, agrupa as entidades com responsabilidade em gerir as reservas estratégicas de combustíveis, constituída por mais de duas dezenas de países, na sua esmagadora maioria Estados membros da UE, aos quais se juntam os EUA, Suíça, Japão e Coreia do Sul), tendo participado nas reuniões dos seus grupos de trabalho, que muito têm potenciado o nosso conhecimento das melhores práticas do setor, a opinião partilhada pelos parceiros sobre novos desenvolvimentos legislativos e a reflexão sobre novas soluções para melhorar os padrões de eficiência na gestão e operação das nossas responsabilidades enquanto entidade central de armazenagem.



A2 - ENSE, E.P.E. - Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)

Atividade	Descrição	Calendarização
1	Controlo da Qualidade dos Combustíveis	Em curso
2	Fiscalização - Produtos petrolíferos	Em curso
3	Fiscalização - Biocombustíveis	Em curso
4	Fiscalização - Gás Natural	Em curso
5	Fiscalização - Energia elétrica e energias alternativas	Em curso
6	Defesa do Consumidor/Investigação de Denúncias e Reclamações	Em curso

A2.1 - Controlo de Qualidade dos Combustíveis

- a) No âmbito do cumprimento do plano de colheitas de amostras a que Portugal, como Estado da União Europeia, está obrigado, foram realizadas colheitas de:
- I. 250 amostras de combustíveis simples e aditivados em postos de abastecimento;
 - II. 25 amostras de combustível naval em portos de recreio e portos de pesca;
 - III. 6 amostras de biocombustíveis (FAME) diretamente nos produtores - em colaboração com a Unidade de Biocombustíveis;
 - IV. Tendo-se ainda procedido à colheita de 40 amostras de gasóleo simples das reservas estratégicas armazenadas no PolNato;
- b) Foram elaborados 109 autos por contraordenação por infração aos normativos legais;
- c) Foi desmaterializada a elaboração e tramitação dos autos por contraordenação, tendo este processo sido concluído ainda em 2019.
- d) Foi dada continuidade à desmaterialização dos restantes processos relacionados com as ações de fiscalização realizados pela UCP, nomeadamente pela implementação de alterações à aplicação de fiscalização, com a uniformização de dados com o Balcão Único da Energia (em curso), prevendo-se a sua conclusão no 1.º trimestre de 2020;
- e) No âmbito da qualificação e competência dos trabalhadores afetos à UCP, no que respeita à fiscalização, inspeção e da colheita de amostras, foram efetuadas 5 ações de formação dedicadas, nos âmbitos da energia elétrica e gás natural, proteção de dados, contraordenações, qualidade e saúde.

A2.2 - Fiscalização - Departamento de Produtos petrolíferos (DPP)

- a) Foram fiscalizados 640 operadores do Sistema Petrolífero Nacional no âmbito das competências da ENSE, E.P.E., Lei nº 6/2015, de 16 janeiro e Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto;
- b) Foram realizadas 15 ações de verificação extraordinárias em postos de abastecimento de combustível, tendo os resultados sido 100% conformes, reforçando assim a efetividade do sistema de controlo dos operadores realizado pela ENSE, E.P.E..

2.1. Análise e avaliação das causas dos acidentes

- a) No que respeita à análise e avaliação das causas dos acidentes, foram averiguados 4 acidentes graves, todos eles relacionados com “Gás”, dos quais resultaram 2 mortes e 7 feridos, além de danos materiais nas instalações. Registaram-se ainda 11 comunicações de incidentes, dos quais 8 relacionados com fugas de gás, sendo esta a maior causa dos incidentes/acidentes averiguados e registados.
- b) A este nível, foi efetuado esforço no desenvolvimento e introdução de melhorias à atual metodologia de intervenção, nomeadamente:
- c) Definição dos critérios para definição da metodologia para obter uma resposta rápida quando de acidentes provocados pelo uso de carburantes, seja na comercialização, no transporte ou na armazenagem;
- d) Criação de pontos focais entre as diversas entidades com competência nas matérias (*ponto viii do artigo 3º do Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 130/2014, de 29 de agosto*);

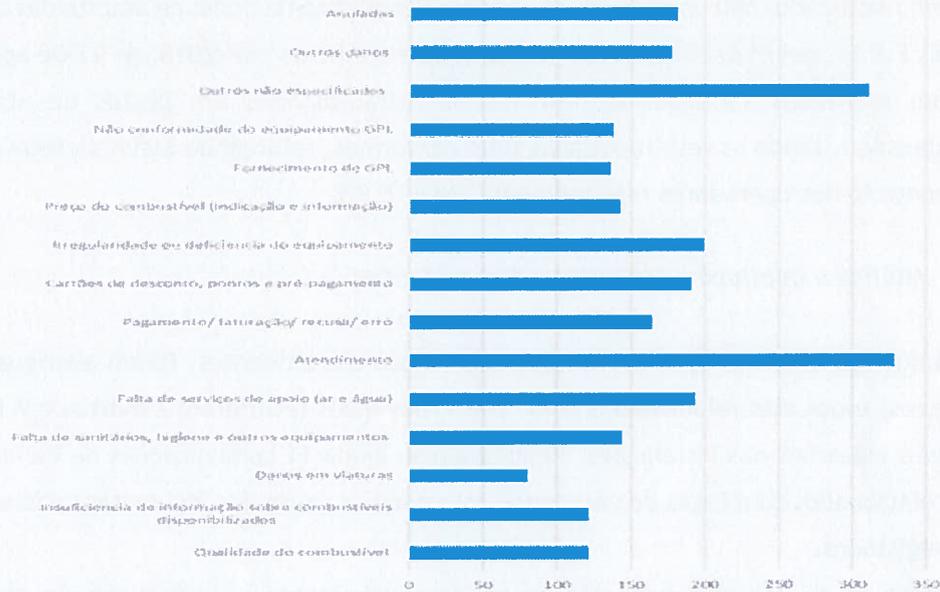
2.2. Defesa do Consumidor / Denúncias e Reclamações

Em todas as ações realizadas pela ENSE, E.P.E., foi promovida a segurança de pessoas e bens e a defesa dos consumidores, através de:

- i. Sensibilização das entidades que atuam no setor petrolífero e no público em geral, na aplicação da regulamentação técnica de segurança e de qualidade de serviço;
- ii. Acompanhar o desenvolvimento e a utilização das capacidades de refinação, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de produtos de petróleo.



Reclamações



A2.3 - Fiscalização - Departamento de Biocombustíveis (DB)

3.1. Verificação das Metas Nacionais de Incorporação

- Verificação das metas nacionais de incorporação numa base trimestral (7% de meta de incorporação);
- Emissão (valor médio mensal 30 000 TdB) e cancelamento dos TdB entregues trimestralmente (93 000 TdB/trimestre) pelos incorporadores e que são representativos dos biocombustíveis incorporados nos trimestres de 2019, constituindo estes a prova do cumprimento da obrigação de incorporação de biocombustíveis prevista no Decreto-Lei n.º 117/2010 de 25 de outubro;
- Regulação e acompanhamento das transações de TdBs entre operadores (mercado secundário de TdBs);
- Gestão do Mercado de Títulos de Biocombustíveis (TdB), como mecanismo facilitador do cumprimento das metas nacionais de incorporação pelos operadores nacionais;
- Facilitação de transação de TdB;
- Fiscalização e aplicação de contraordenação por incumprimento da lei;
- Elaboração do Relatório Final com a conclusão do incumprimento das metas de incorporação (4.º Trimestre 2018) por parte de vários incorporadores nacionais (incorporadores incumpridores = 8, correspondente a uma quota de mercado de 3%);
- Envio dos originais destes processos à Direção-Geral de Energia e Geologia, para a determinação e liquidação do pagamento das compensações, de acordo com o disposto na nova redação do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei 117/2010, de 25 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 152-C/2017, de 11 de dezembro.

3.2. Evolução do Mercado Europeu de Biocombustíveis

- a) Acompanhamento das alterações da legislação europeia, garantindo a correta transposição para a lei portuguesa;
- b) Acompanhamento dos desenvolvimentos ocorridos nos outros Estados Membros, em matéria de biocombustíveis, nomeadamente através do acompanhamento dos trabalhos da REFUREC, enquanto membro desta organização;
- c) Elaboração de documentos comparativos das diferentes realidades europeias em termos de: sistemas de controlo de sustentabilidade, valores de incorporação, biocombustíveis convencionais/avançados, metas de incorporação e modo de as cumprir.

3.3. Avaliação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis produzidos e importados

Fecho do ano de 2018 para os Produtores de biocombustíveis de Regime Geral (PRG): balanço de TdB emitidos/comercializados (16 000 TdB/mês), balanço de TdB comercializados (dupla contagem = 7 000 TdB/mês) e avaliação do saldo final de TdB/operador (trimestral).

3.4. Avaliação de Processos de Fraude na Área dos Biocombustíveis

- a) Elaboração de informações solicitadas por outras entidades para o complemento de processos que tinham como objetivo final o combate à fraude dos biocombustíveis e das respetivas matérias primas;
- b) Elaboração de documentos de avaliação/identificação dos principais pontos sensíveis da cadeia de valor dos combustíveis, que podem levar ao aumento e/ou redução de irregularidades no setor.

3.5. Fiscalização aos Produtores de Biocombustíveis

- c) Ações inspetivas às instalações de produção de biocombustíveis dos operadores nacionais (8), executadas conjuntamente com o Departamento de Produtos Petrolíferos (DPP) para efeitos de controlo;
- d) Amostragem aos biocombustíveis produzidos, com encaminhamento laboratorial;
- e) Elaboração de relatórios de inspeção;

3.6. Fiscalização aos Incorporadores de Biocombustíveis

- f) Ações inspetivas às instalações de incorporação de biocombustíveis, executadas conjuntamente com a Unidade de Produtos Petrolíferos (UPP) para efeitos de controlo;
- g) Amostragem aos combustíveis a incorporar - determinação da percentagem de incorporação física;

- h) Elaboração de relatórios de inspeção.

A2.4 - Fiscalização - Departamento de Gás Natural - (DGN)

4.1. Fiscalizações no âmbito do Sistema

- a) Foram fiscalizadas, em 2019, instalações destinadas ao transporte e distribuição de Gás Natural por empresas a operar em Portugal;
- b) Foram fiscalizadas, em 2019, instalações destinadas ao armazenamento de Gás Natural, por empresas a operar em Portugal.

4.2. Defesa do Consumidor / Reclamações

- a) Investigação de todas as reclamações da competência de fiscalização da ENSE, E.P.E., referentes ao armazenamento, transporte e distribuição de Gás Natural, no prazo estabelecido na lei (10 dias após registo);
- b) Avaliação no terreno as reclamações que, pela sua especificidade e envolvimento, impliquem a intervenção juntos dos operadores, com tramitação em 30 dias;
- c) Promoção da segurança de pessoas e bens e da defesa dos consumidores através da sensibilização das entidades que atuam no setor e do público em geral para a aplicação da regulamentação técnica de segurança e de qualidade de serviço e acompanhar o desenvolvimento e a utilização das capacidades de armazenamento, transporte e distribuição de Gás Natural.

4.3. Análise e avaliação das causas dos acidentes

No que respeita à análise e avaliação das causas dos acidentes, foram averiguados 2 acidentes relacionados com instalações de “Gás Natural”, dos quais resultaram 3 feridos, além de danos materiais nas instalações.

A2.5 - Fiscalização - Departamento de Energia Elétrica e Renováveis - (DEER)

1. Fiscalizações no âmbito do Sistema Elétrico nacional

Devidamente enquadradas com o plano de fiscalização e inspeção foram fiscalizadas:

- i. 10 Instalações de produção de energia
- ii. 2 Linhas de média e baixa tensão
- iii. 1, Linhas de alta e muito alta tensão
- iv. 5 Instalações de transformação de tensão
- v. 15 Instalações autónomas de geração e produção
- vi. 15 Pontos de carregamento da rede móvel



vii. 5 Emissão de Garantias e Certificados de origem

2. Defesa do Consumidor / Reclamações

Relativamente a processos de análise de reclamações:

- a) Foram investigadas 5 reclamações da competência de fiscalização da ENSE, E.P.E., referentes à produção, transporte e distribuição de energia elétrica, no prazo estabelecido na lei (10 dias após registo);
- b) Foram avaliadas no terreno reclamações que, pela sua especificidade e envolvimento, implicaram a intervenção junto dos operadores alvo de reclamação;
- c) Procedeu-se à promoção da segurança de pessoas e bens e a defesa dos consumidores através da sensibilização das entidades que atuam no setor e do público em geral para a aplicação da regulamentação técnica de segurança e de qualidade de serviço e acompanhar o desenvolvimento e a utilização das capacidades de produção, transporte e distribuição de energia elétrica.

3. Análise e avaliação das causas dos acidentes

- a) Procedeu-se à averiguação de 3 acidentes, apurando-se as causas e propondo-se a melhoria das condições de segurança;
- b) Procedeu-se à introdução de melhorias à metodologia de intervenção, nomeadamente para efetuar uma resposta rápida quando de acidentes, seja na produção, no transporte ou na distribuição.

A2.6 - Defesa do Consumidor / Investigação de Denúncias e Reclamações - (UCP)

Manteve-se a celeridade necessária na apreciação e proposta de respostas às denúncias e reclamações sobre aspetos da sua competência referentes à produção, transporte, distribuição e comercialização dos produtos de petróleo (incluindo as várias atividades da cadeia de valor do mercado do GPL canalizado), do Gás Natural, da Energia Elétrica e Energias Renováveis, as quais têm sido efetuadas no prazo estabelecido na lei (10 dias úteis);

Neste âmbito, deverá ser salientada a implementação, em 1 de julho de 2019, do Livro de Reclamações Eletrónico, mantendo-se com ligeiras alterações o Protocolo celebrado com a ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, sobre repartição de competências na receção e tratamento de reclamações dos consumidores de energia com origem no Livro de Reclamações. No decurso de 2019 foram tramitadas no período em referência: 3362 reclamações.

	TOTAL Reclamações Entradas	Pedidos de Informação aos Operadores	Respostas das Operadores	Processos não respondidos pelos Operadores	Informação ao Reclamante que foi arquivado	Resposta ao reclamante após averiguação	Envio para outros Organismos	ofícios enviados das Respostas das gasoleiras para os clientes (D)	TOTAL de ofícios emitidos para as gasoleiras e os clientes
Janeiro	251	47	32	15	33		4	71	187
Fevereiro	189	58	30	28	24	18	3	94	227
Março	258	36	90	-54	29	1		68	224
Abril	211	76	37	39	35	41	5	57	251
Maiο	331	82	43	39	69	4	8	65	271
Junho	281	53	24	29	34	30	5	46	192
Julho	381	75	29	46	81	12	7	21	225
Agosto	475	70	21	49	27	25	6	14	163
Setembro	260	46	37	9	30	3	2	37	155
Outubro	257	43	42	1	34	16		148	283
Novembro	277	15	44	-29	33	11		106	209
Dezembro	191	37	12	25	20	6		75	150
TOTAL	3362	638	441	197	449	167	40	802	2537

A3 - ENSE, E.P.E. - Unidade de Administração Geral (UAG)

Atividade	Descrição	Calendarização
1	Continuação de implementação de procedimentos para aquisição de bens e serviços, no âmbito do código dos contratos públicos	Em curso
2	Continuação dos processos de produção regulamentar e de apoio à produção legislatva	Em curso
3	Continuação do acompanhamento dos processos em fase contenciosa, nas várias áreas de atuação da ENSE, em especial na área dos biocombustíveis.	Em curso
4	Continuação da instrução dos processos de contraordenação instaurados na sequência do exercício das competências de fiscalização da ENSE.	Em curso
5	Promoção do relacionamento institucional com os <i>Stakeholders</i> , ao nível nacional e internacional	Em curso
6	Gestão dos Recursos humanos e financeiros, incluindo a frota automóvel	Em curso
7	Impletementação do Regime Geral de Proteção de Dados	Em curso
8	Gestão dos sistemas informáticos e de telecomunicações	Em curso

A3.1 - Área da contratação pública, jurídica e das contraordenações

- a) A ENSE, E.P.E. manteve, no ano em curso, o compromisso na implementação de procedimentos em matéria de aquisição de bens e serviços observando as normas do Código dos Contratos Públicos e dos princípios da boa gestão;

- b) Com a publicação do Decreto-Lei n.º 69/2018, de 29 de agosto, a atividade regulamentar da Entidade tem sido reduzida, mantendo-se o apoio à produção legislativa no setor dos combustíveis - líquidos e gasosos -, biocombustíveis, eletricidade e gás natural. Tendo em conta as suas novas competências, a ENSE, E.P.E. é chamada a dar contributos em diversas iniciativas e projetos de diplomas legislativos, nacionais e internacionais, nas áreas da sua competência e na transposição de Diretivas do pacote legislativo “Energia Limpa para todos os Europeus”, bem como na emissão de pronúncias acerca de diplomas regulamentares de outras entidades administrativas em matérias da sua intervenção. Acrescem ainda as participações em grupos técnicos de trabalho, como é o caso do grupo de trabalho constituído para a elaboração do Estudo sobre as irregularidades dos combustíveis em Portugal;
- c) Ainda na área jurídica, mantém-se a necessidade de reforçar o acompanhamento dos processos em fase contenciosa, nomeadamente na área dos biocombustíveis, mas também em outras áreas de atuação de ENSE, E.P.E. que, no exercício das suas competências conduzem, algumas vezes, à reação contenciosa por parte dos operadores económicos;
- d) A continuação do acompanhamento e instrução dos processos de contraordenação instaurados na sequência das atividades de fiscalização da ENSE, E.P.E. atualmente com uma amplitude de atuação alargada aos setores da eletricidade e dos gás natural, reclamou um reforço dos meios humanos e tecnológicos, no sentido de otimizar a gestão dos processos de contraordenação, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista da alocação das receitas às várias entidades administrativas beneficiárias das receitas provenientes das coimas aplicadas.

A3.2 - Cooperação e relacionamento institucional

A ENSE, E.P.E. mantém a aposta na promoção do relacionamento institucional, nacional e internacional com os diversos *stakeholders*, designadamente empresas, organismos da Administração Pública e Academia, bem como da Sociedade Civil, tendo assegurado a participação em grupos de trabalho, reuniões e workshops, relacionados com as suas áreas de atuação. Neste sentido, destaca-se a manutenção do relacionamento Internacional e europeu, nomeadamente através de uma intensificação de troca de experiência e informações com os parceiros e congéneres europeus e internacionais da ENSE, E.P.E., designadamente os membros da REFUREC e da RELOP - Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa, no âmbito da Declaração de Cascais, bem como através do estabelecimento de Protocolos de Colaboração Institucional e transferência de conhecimento. Esta articulação internacional tem sido essencial para o desempenho das competências da ENSE, E.P.E., permitindo-lhe acompanhar os “benchmarks” internacionais, as melhores práticas utilizadas, a integração em redes de colaboração e partilha com os seus parceiros europeus, internacionais e de língua portuguesa, as inovações tecnológicas em curso nas áreas de competência funcionais da ENSE, E.P.E.



A3.3 - Área de gestão de recursos humanos e financeiros

- a) A gestão de corrente dos recursos humanos esteve sempre presente na ENSE, E.P.E. através do desenvolvimento das atividades de recrutamento e integração de novos trabalhadores, gestão da assiduidade, processamento de remunerações e outros benefícios, destacando-se as seguintes atividades:
- processamento mensal de salários;
 - implementação do novo Regulamento de Horário de Trabalho iniciado em 01 de outubro;
 - disrupção do antigo software de assiduidade e implementação do novo módulo de gestão de assiduidade dentro do SINGAP e adoção do Portal do Colaborador;
 - início do levantamento de atividades com vista à adequada utilização, manuseamento e guarda dos dados no âmbito do RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados).
- b) Por outro lado, a gestão financeira foi assegurada em absoluto, através da realização da contabilidade, do cumprimento das obrigações fiscais e de outras informações e reports obrigatórios, da gestão da tesouraria, e do apoio prestado ao Conselho Fiscal e ao ROC, destacando-se as seguintes atividades:
- produção do Relatório e Contas;
 - produção do orçamento plurianual;
 - produção de relatórios trimestrais de execução orçamental para o Conselho Fiscal
 - reporte mensal, trimestral, semestral para a DGTF, DGO, INE, Tribunal de Contas, DGAEP, Secretaria Geral, entre outros organismos;
 - Início ao desenvolvimento da implementação dos reportes no âmbito do novo normativo contabilístico SNC-AP na plataforma S3CP.
- c) Gestão da frota de automóvel operacional com apoio da Unidade de Controlo e Prevenção que os utiliza:
- assegurou-se a manutenção das viaturas;
 - pagamento de obrigações fiscais associados às viaturas, seguros entre outros.

A execução orçamental de 2019 da ENSE, E.P.E. e respetiva análise é abordada neste documento em capítulo específico.

A3.4 - Implementação do Regime Geral de Proteção de Dados

A ENSE, E.P.E., deu início ao processo de implementação do Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, doravante Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), que veio introduzir um novo regime em matéria de proteção de dados pessoais, destacando-se as seguintes ações:

- Nomeação do Encarregado de Proteção de Dados (Deliberação n.º 1260/2018, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 222, de 19 de novembro de 2018);

- Levantamento das medidas necessárias à implementação do RGDP na ENSE, E.P.E. que culminou na elaboração de um Relatório circunstanciado, tendo-se concluído pela necessidade de contratação de uma entidade externa com vista à sua execução;
- Ações de formação no âmbito do RGPD, para todos os colaboradores da ENSE, E.P.E., e uma específica destinada ao Encarregado de Proteção de Dados;
- Implementação dos requisitos técnicos mínimos das redes e sistemas de informação, obrigatórios, previstos na Resolução Conselho de Ministros 41/2018;
- Foi realizada uma auditoria e respetivo parecer, ao sistema de videovigilância da ENSE, E.P.E., no estrito cumprimento do RGPD.

A3.5 - Gestão de sistemas informáticos e de telecomunicações

Durante o ano de 2019, foram promovidas ações de apoio técnico informático, necessárias ao desenvolvimento das atividades técnicas e operacionais, otimizando e integrando os diversos sistemas de informação da ENSE, E.P.E., com recurso a ferramentas e funcionalidades mais eficazes. Foi assim, realizada a gestão de Servidores e Sistemas de Segurança, bem como a aquisição material Informático, respetivo Inventário, gestão das comunicações móveis, fixas e gestão parque Impressão Foram, ainda, desenvolvidos procedimentos de cooperação com outros organismos para partilha de Informação no âmbito dos diversos Sistemas e Bases de Dados externos.



B. PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA 2020

O presente documento foi elaborado tendo por base o novo quadro legislativo que efetivou um conjunto mais alargado de competências que transformaram a ENSE, E.P.E. na entidade fiscalizadora e supervisora de todo o setor energético português, como consagrado no Decreto-Lei nº 69/2018, de 16 de agosto.

Neste quadro, a ENSE, E.P.E., para além das competências de Entidade Central de Armazenagem (ECA) que já detinha e que estão refletidas na Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) detém agora ainda a responsabilidade legal de assegurar a fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora do exercício de atividades económicas no setor da energia, designadamente nos setores dos combustíveis, do gás de petróleo liquefeito (GPL), da energia elétrica e do gás natural.

Assim, todas e quaisquer orientações estratégicas que a seguir se expõem pretendem refletir e dar continuidade às vertentes fundamentais de intervenção desta entidade, nomeadamente ao nível das suas duas áreas *core* gestão e manutenção das reservas e estratégicas e de emergência do Estado Português e fiscalização de todo o setor energético nacional. Para tal, em 2020, as diferentes unidades que constituem a ENSE, E.P.E. propõem-se concretizar e desenvolver, também num esforço conjunto e sinérgico, diversas ações estratégicas e transversais que dão sustentabilidade organizacional à ENSE, E.P.E. e potenciam as sinergias decorrentes da integração das competências suprarreferidas.

B1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

B1.1 - A monitorização e armazenagem de reservas petrolíferas

- a) Assegurar a gestão, constituição e manutenção de forma otimizada das reservas petrolíferas, através da projeção, planificação e contratação das melhores opções para a aquisição de CSO tickets e o acompanhamento de novas soluções de armazenamento das mesmas, com o objetivo da consequente redução dos seus custos.
- b) À semelhança do que aconteceu em 2019, esta unidade prossegue em 2020, em articulação estreita com a Unidade de Controlo e Prevenção (UCP), o Plano de Fiscalização das Reservas constituídas diretamente pelos operadores obrigados, para assegurar o cumprimento cabal das obrigações legais, sem prejuízo do trabalho do auditor externo que continuará a assegurar a fundamental auditoria externa a todas as reservas nacionais.
- c) A concretização de um Plano de Minimização de Riscos na Organização, Monitorização e Gestão das Reservas Petrolíferas, veio dar uma resposta mais robusta, organizada e operacional que, apesar de tudo, convém ser testada através da realização de um exercício de simulação anual que procuraremos concretizar com o envolvimento de todas as entidades que são membros da Célula de Gestão de Crise Energética (CGCE), mas tentando também envolver todas as demais entidades de apoio, num esforço conjunto que, recentemente,

aquando da crise energética, revelou-se fundamental para garantir respostar num cenário de perturbação no normal funcionamento do sistema petrolífero nacional.

B1.2 - A gestão das instalações do Depósito PolNATO de Lisboa (DPNL)

No decurso de 2020, a ENSE, E.P.E. vai continuar a executar o respetivo plano de investimento nas instalações da POLNATO, por forma a melhorar as condições de segurança, monitorização e mobilização destas instalações estratégicas a cargo desta unidade, assegurando-se os seguintes vetores de intervenção:

- a) Lançamento do concurso para o novo anel de incêndios;
- b) Continuação do processo de verificação, manutenção e certificação dos tanques (depois do trabalho já efetuado nos tanques 2.4 e 2.5);
- c) Beneficiação de edifícios da zona 3;
- d) Renovação do sistema de vedações nas 3 zonas das instalações;
- e) Estudo e planificação dos trabalhos de instalação de novas válvulas e sistemas de segurança.

Importa ainda dar nota de estão ainda a ser avaliados novos investimentos que poderão levar a um realinhamento cronológico da execução das intervenções decididas pelo Conselho de Administração.

B1.3 - O Balcão Único da Energia, estatísticas e divulgação externa

- a) O Balcão Único da Energia, criado e gerido pela ENSE, E.P.E. continua, em 20120, a merecer a alocação de investimentos para o seu desenvolvimento, sobretudo no contexto da proposta efetuada para que possa ser partilhado com outros organismos públicos e que possibilite centralizar os registos com vista à simplificação e desburocratização de processos, mas alargando o seu âmbito e alcance a todo o setor energético nacional. Para além disso, continuaremos a assegurar o trabalho operacional de controlo, ligação e comunicação com todos os operadores, bem como a validação de todos os reportes de prestação de informação de atividade que estão obrigados legalmente a registar através desta plataforma.
- b) Continuar a promover soluções de informação e comunicação com todos os operadores e demais interessados, seja através de melhorias no novo website institucional, mas também com a dinamização de mais informações sobre o setor energético, bem como com a continuação da publicação dos Boletins Diários, RX do Mercado de Combustíveis, Relatórios Semanais e Mensais.
- c) Fruto do trabalho desenvolvido nos últimos anos que asseguram uma recolha contínua de dados estatísticos sobre a realidade do setor petrolífero, é objetivo da ENSE, E.P.E. lançar até ao final do 1º trimestre de 2020 o seu Anuário sobre o Setor Petrolífero Nacional.
- d) Criar um vídeo institucional que apresente todas as áreas de intervenção da ENSE, E.P.E. e que dê a conhecer melhor uma entidade que se deseja que continue a afirmar-se pela sua Competência, Independência e Excelência na Ação como guardiã do interesse público no Setor Energético Nacional.

B1.4 - Representação comunitária e internacional

- a) Continuar a acompanhar toda a atividade desenvolvida pela Agência Internacional de Energia (AIE) e Comissão Europeia garantindo que a participação da ENSE, E.P.E. assegura uma informação mais completa, mais ponderada e adequada face à realidade portuguesa e do seu tecido empresarial, por forma a garantir que existe plena capacidade de resposta aos pedidos formulados, mas também que alavanque a capacidade de projetar soluções operacionais para os desafios futuros.
- b) Continuar a participar nas reuniões da ACOMES (*Annual Coordinating Meeting of Entity Stockholders*) que continua a ser uma plataforma fundamental de obtenção de informações, indicadores de atividade, reflexões que conduzam à eventual definição de novos processos de organização, sendo um fórum extraordinário para a busca de novas soluções e melhorias, troca de boas práticas e a obtenção de uma rede de colaborativa de trabalho e de operação que permite a criação de mecanismos que induzem eficiência e eficácia neste setor.

B2 - Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)

B2.1 - Departamento de Produtos Petrolíferos (DPP)

1. Controlo de Qualidade- Combustíveis Rodoviários

- a) Dar continuidade ao controlo da quantidade dos combustíveis líquidos, com especial relevância no combustível rodoviário fornecido, procedendo em 2020 à colheita de:
 - i. 500 amostras, de combustíveis rodoviários, no âmbito do cumprimento do plano de colheitas de amostras;
 - ii. 25 amostras de combustível naval para efeitos de avaliação das especificações técnicas em colaboração com a DGRM;
 - iii. 20 amostras de biocombustível para efeitos de avaliação das especificações técnicas em colaboração com a UB - Unidade de Biocombustíveis;
 - iv. 10 amostras de combustível aeronáutico para efeitos de avaliação das especificações técnicas e garantia de segurança das aeronaves.
- b) Auditar qualitativa e quantitativamente as reservas detidas pela ENSE, E.P.E., quer em armazenagem própria (PolNato), quer as armazenadas nos operadores económicos;
- c) Elaboração dos autos por contraordenação por infração aos normativos legais sobre a qualidade dos combustíveis;
- d) Incrementar as competências dos trabalhadores afetos à DPP, no âmbito das competências de fiscalização/inspeção, auditoria e colheita de amostras, com a realização de ações de formação dedicadas;

- e) Manter e desenvolver os processos de desmaterialização, no sentido da tramitação dos processos de colheitas de amostras, com a eliminação de suporte papel na tramitação de todos os restantes processos relacionados com a fiscalização de operadores.

2. Fiscalizações no âmbito do Sistema Petrolífero Nacional

- c) Fiscalizar, em 2020:
- i. 1000 operadores do SPN no âmbito das competências da ENSE, E.P.E., Lei nº 6/2015, de 16 janeiro, Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro, Decreto-Lei n.º 5/2018, de 2 de fevereiro e Lei n.º 5/2019, de 11 de janeiro;
 - ii. 50 unidades de armazenamento de garrafas de GPL (Parques de Garrafas) a funcionar em Portugal continental, com especial relevância naquelas incluídas no mecanismo de troca de garrafas (*Regulamento ERSE*) entre operadores (*Decreto-Lei n.º 5/2018, de 2 de fevereiro*);
 - iii. Trimestralmente, o cumprimento das obrigações de constituição de reservas por parte dos operadores;
 - iv. As instalações portuárias de armazenagem de petróleo e produtos derivados de petróleo importados por empresas a operar em Portugal;
 - v. Todas as instalações aeroportuárias com armazenamento e comercialização de produtos derivados de petróleo, Jet A1 e Avgas, importados por empresas a operar em Portugal.
 - vi. As instalações destinadas à produção e ao armazenamento de combustíveis;
 - vii. Em apoio ao Departamento de Biocombustíveis (DB), as instalações destinadas à incorporação de biocombustíveis, produzidos, importados ou incorporados, por empresas a operar em Portugal.
 - viii. As unidades de enchimento de garrafas de GPL a funcionar em Portugal continental;

3. Defesa do Consumidor / Reclamações

- a) Investigar todas as reclamações da competência de fiscalização da ENSE, E.P.E., referentes à produção, transporte, distribuição e comercialização de produtos de petróleo, bem como sobre as várias atividades da cadeia de valor do mercado do GPL, no prazo estabelecido na lei (10 dias após registo);
- b) Avaliar no terreno as reclamações que, pela sua especificidade e envolvimento, impliquem a intervenção juntos dos operadores do SPN, com tramitação em 30 dias;
- c) Promover a segurança de pessoas e bens e a defesa dos consumidores através da sensibilização das entidades que atuam no setor petrolífero e do público em geral para a aplicação da regulamentação técnica de segurança e de qualidade de serviço e acompanhar o desenvolvimento e a utilização das capacidades de refinação, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de produtos de petróleo.

4. *Análise e avaliação das causas dos acidentes*

Dar continuidade e desenvolver melhorias à atual metodologia de intervenção, nomeadamente para efetuar uma resposta rápida quando de acidentes provocados pelo uso de carburantes, seja na comercialização, no transporte ou na armazenagem, nomeadamente na criação de pontos focais entre as diversas entidades com competência nas matérias (ponto *viii* do artigo 3º do Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 130/2014, de 29 de agosto).

B2.2 - Departamento de Biocombustíveis (DB)

1. Metas Nacionais de Incorporação

- a) Verificação das metas nacionais de incorporação numa base trimestral;
- b) Verificação da quantidade de biocombustíveis convencionais cujo limite para a contabilização para o cumprimento das metas nacionais não pode ser superior a 7 % do consumo final de energia nos transportes;
- c) Emissão dos TdB;
- d) Cancelamento dos TdB entregues trimestralmente pelos incorporadores e que são representativos dos biocombustíveis incorporados nos trimestres de 2020, constituindo estes a prova do cumprimento da obrigação de incorporação de biocombustíveis prevista no Decreto-Lei nº 117/2010 de 25 de outubro;
- e) Regulação e acompanhamento das transações de TdBs entre operadores (mercado secundário de TdBs);
- f) Gestão do Mercado de Títulos de Biocombustíveis (TdB), como mecanismo facilitador do cumprimento das metas nacionais de incorporação pelos operadores nacionais;
- g) Facilitação de transação de TdB;
- h) Fiscalização e aplicação da lei, de acordo com o disposto na nova redação do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei 117/2010, de 25 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 152-C/2017, de 11 de dezembro, para a determinação e liquidação do pagamento das compensações.

2. Evolução do Mercado Europeu de Biocombustíveis

- a) Acompanhamento das alterações da legislação europeia, garantindo a correta transposição para a lei portuguesa;
- b) Acompanhamento dos desenvolvimentos ocorridos nos outros Estados Membros, em matéria de biocombustíveis, nomeadamente através do acompanhamento dos trabalhos da REFUREC, enquanto membro desta organização.

3. Fiscalização da Qualidade de Matérias Primas utilizadas na Produção de Biocombustível Nacional

- a) Reforço do combate à fraude às matérias primas residuais (OAU) utilizadas na produção de biocombustíveis elegíveis para dupla contagem, mediante ações de fiscalização executadas conjuntamente com DPP para efeitos de controlo;
- b) A fiscalização será efetuada através de colheitas de amostras das matérias residuais nos Produtores de Regime Geral (PRG). Esta intervenção incluirá cerca de 20 pontos de recolha por ano.

4. Fiscalização da Qualidade de Biocombustíveis no Mercado Nacional

- a) Reforço do combate à fraude, mediante ações de fiscalização executadas conjuntamente com o DPP para efeitos de controlo da qualidade dos biocombustíveis puros e incorporados nos combustíveis fósseis introduzidos no consumo (IC) em território nacional;
- b) A fiscalização será efetuada através de colheitas de amostras de Biocombustíveis nos Operadores Nacionais - Produtores de Regime Geral (PRG) e incorporadores. Esta intervenção incluirá cerca de 20 pontos de recolha por ano.

5. Fiscalização da Incorporação Física de Biocombustíveis no Mercado Nacional

- a) Reforço do combate à fraude, mediante ações de fiscalização executadas conjuntamente com o DPP para efeitos de controlo da percentagem física de incorporação dos biocombustíveis incorporados nos combustíveis fósseis introduzidos no consumo (IC) em território nacional e que são considerados para o cumprimento das metas de incorporação;
- b) A fiscalização será efetuada através de colheitas de amostras de combustíveis com biocombustíveis incorporados nos incorporadores nacionais. Esta intervenção incluirá cerca de 20 pontos de recolha por ano.

B2.3 - Departamento de Energia Elétrica e Renováveis - (DEER)

1. Fiscalizações no âmbito do Sistema

- a) Fiscalizar, em 2020, instalações destinadas ao transporte e distribuição de energia elétrica por empresas a operar em Portugal;
- b) Fiscalizar, em 2020, instalações destinadas à produção de energia elétrica, por empresas a operar em Portugal.
- c) Fiscalizar, em 2020, instalações destinadas ao carregamento de veículos elétricos, por empresas a operar em Portugal.

2. Defesa do Consumidor / Reclamações

- a) Investigar todas as reclamações da competência de fiscalização da ENSE, E.P.E., referentes à produção, transporte, distribuição de energia elétrica e carregamento de veículos elétricos, no prazo estabelecido na lei (10 dias após registo);
- b) Avaliar no terreno as reclamações que, pela sua especificidade e envolvimento, impliquem a intervenção juntos dos operadores, com tramitação em 30 dias;
- c) Promover a segurança de pessoas e bens e a defesa dos consumidores através da sensibilização das entidades que atuam no setor e do público em geral para a aplicação da regulamentação técnica de segurança e de qualidade de serviço e acompanhar o desenvolvimento e a utilização das capacidades de produção, transporte e distribuição de energia elétrica.

3. Análise e avaliação das causas dos acidentes

- a) Proceder à averiguação dos acidentes
- b) Dar continuidade e desenvolver melhorias à atual metodologia de intervenção, nomeadamente para efetuar uma resposta rápida quando de acidentes, seja na produção, no transporte ou na distribuição, nomeadamente na criação de pontos focais entre as diversas entidades com competência nas matérias;

4. Evolução da regulamentação aplicáveis às instalações elétricas

- a) Acompanhamento das comissões de eletrotecnias relevantes no âmbito do sistema português de normalização).

B2.4 - Departamento de Gás Natural - (DGN)

1. Fiscalizações no âmbito do Sistema

- d) Fiscalizar, em 2020:
 - i. As instalações de armazenamento, transporte e distribuição por conduta de Gás Natural, por empresas a operar em Portugal;
 - ii. Unidades de armazenamento de Gás Natural, (UAG's), de rede ou dedicadas, instaladas, utilizadas e/ou exploradas por empresas a operar em Portugal;
 - iii. Todas as unidades de armazenamento e distribuição de Gás Natural Veicular (comprimido-GNC e liquefeito-GNL), por empresas a operar em Portugal.

2. Defesa do Consumidor / Reclamações

- d) Investigar todas as reclamações da competência de fiscalização da ENSE, E.P.E., referentes ao armazenamento, transporte e distribuição de Gás Natural, no prazo estabelecido na lei (10 dias após registo);
- e) Avaliar no terreno as reclamações que, pela sua especificidade e envolvimento, impliquem a intervenção juntos dos operadores, com tramitação em 30 dias;
- f) Promover a segurança de pessoas e bens e a defesa dos consumidores através da sensibilização das entidades que atuam no setor e do público em geral para a aplicação da regulamentação técnica de segurança e de qualidade de serviço e acompanhar o desenvolvimento e a utilização das capacidades de armazenamento, transporte e distribuição de Gás Natural.

5. Análise e avaliação das causas dos acidentes

Dar continuidade e desenvolver melhorias à atual metodologia de intervenção, nomeadamente para efetuar uma resposta rápida quando de acidentes, seja no armazenamento, no transporte ou na distribuição, nomeadamente na criação de pontos focais entre as diversas entidades com competência nas matérias;

B3 - Unidade de Administração Geral (UAG)

B3.1 - Área da contratação pública, jurídica e das contraordenações

- a) Continuação da implementação dos procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços observando as normas do Código dos Contratos Públicos e dos princípios da boa gestão;
- b) Tendo em conta as suas novas competências, a ENSE, E.P.E. mantém o apoio jurídico, quando solicitado pelo legislador, na elaboração de diplomas regulamentares e legislativos, de âmbito nacional e europeu, nas áreas da sua competência, bem como na emissão de pareceres acerca de regulamentos emitidos por outras entidades administrativas em matérias da sua intervenção;
- c) Manter, e incrementar, o apoio jurídico à atividade fiscalizadora da ENSE, E.P.E. através da emissão de pareceres, notas jurídicas interpretativas e de harmonização, e realização de sessões de formação e de debates;
- d) Assegurar o permanente acompanhamento dos processos em fase contenciosa, nomeadamente na área dos biocombustíveis, mas também em outras áreas de atuação de ENSE, E.P.E.;
- e) Proceder à instrução de processos de contraordenação instaurados pela ENSE, E.P.E., e elaborar as respetivas decisões, nas áreas da competência da ENSE, E.P.E..

B3.2 - Cooperação e relacionamento institucional

- a) Continuação da promoção do relacionamento institucional com os diversos *stakeholders*, designadamente empresas, organismos da Administração Pública, seja ao nível nacional, seja ao nível internacional, nomeadamente através de uma maior relação e de troca de experiência e informações, quer com os parceiros e congéneres europeus da ENSE, E.P.E., designadamente os membros RELOP e da REFUREC, no âmbito da Declaração de Cascais, bem como através do estabelecimento de Protocolos de Colaboração Institucional e transferência de conhecimento, e através da receção de estagiários;
- b) Organização como “Hosting Country”, em coordenação com o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), do Workshop da REFUREC, em Lisboa, no início do mês de abril de 2020.

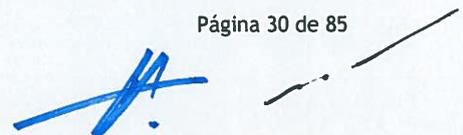
B3.3 - Área de gestão de recursos humanos e financeiros

- a) A gestão de corrente dos recursos humanos continuará a ser desenvolvida na ENSE, E.P.E. através das atividades de operação de recrutamento e integração de novos trabalhadores, atento as necessidades de recursos humanos para a plena implementação das atividades de fiscalização, gestão da assiduidade, processamento de remunerações e outros benefícios, destacando-se as seguintes atividades:
 - Processamento mensal de salários;
 - Dar resposta à aplicação do Regulamento Interno do Pessoal e Carreiras da ENSE, EPE.
- b) Por outro lado, a gestão financeira foi assegurada em absoluto, através da realização da contabilidade, do cumprimento das obrigações fiscais e de outras informações e reports obrigatórios, da gestão da tesouraria, e do apoio prestado ao Conselho Fiscal e ao ROC, destacando-se as seguintes atividades:
 - produção do Relatório e Contas;
 - produção do orçamento plurianual;
 - produção de relatórios trimestrais de execução orçamental para o Conselho Fiscal
 - reporte mensal, trimestral, semestral para a DGTF, DGO, INE, Tribunal de Contas, DGAEP, Secretaria Geral, entre outros organismos;
 - Consolidação da implementação dos reportes no âmbito do novo normativo contabilístico SNC-AP na plataforma S3CP.

As atividades a desenvolver nestas áreas são abordadas neste documento em capítulos específicos.

B3.4 - Implementação do Regime Geral de Proteção de Dados

Implementação e concretização do Regime Geral da Proteção de Dados (RGPD), com recurso a procedimento de aquisição de serviços de especializados, que permitirá efetuar uma análise global da organização, com vista à identificação de todas as áreas onde o RGPD terá implicações,



calendarizar um plano no que diz respeito à identificação das principais ações de melhoria, definir políticas, processos e procedimentos, e adotar as medidas técnicas e organizativas adequadas e necessárias para assegurar e poder comprovar que todos os tratamentos de dados pessoais efetuados estão em conformidade com o RGPD.

B3.5 - Gestão de sistemas informáticos e de telecomunicações

As atividades e projetos de investimento a desenvolver nesta área são abordadas neste documento em capítulos específicos.

Projeto	Descrição	Orçamento	Estado



C - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DE 2019

Os valores inscritos para 2019 nas diferentes rubricas correspondem aos valores reais até agosto de 2019 com extrapolação até 31/12/2019.

C1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

1. Mercado

O ano em curso, até ao final de agosto de 2019, evidencia uma variação positiva na Categoria A de +2,7% face a 2018, com aumento na Categoria B de 1,99% face ao período homólogo de 2018. Já na Categoria C registou-se uma descida de 4,91% face a 2018.

Cat				$\Delta\%$ Est.2019/ Real 2018
	Real	Real	Estimado	
A	1 049 305	1 048 080	1 076 346	2,70%
B	6 284 576	6 474 272	6 602 979	1,99%
Outros	769 926	731 690	695 767	-4,91%

Com a transposição da alteração da diretiva das reservas a entrar em vigor no próximo dia 1 de janeiro de 2020, a média das introduções ao consumo reais de 2018 serve agora de base ao cálculo das reservas dos operadores obrigados para o 1º e 2º trimestre de 2020 dos operadores obrigados.

A média das introduções ao consumo, reais de 2019, servem de base ao cálculo das reservas para o 3º e 4º trimestres de 2020 dos operadores obrigados.

2. Resultados URP

A evolução prevista para os gastos estimados da URP para o final de 2019 comparativamente com o orçamento efetuado para 2019 é a seguinte:

Rubricas	Real 2018	Orç. 2019	Est. 2019	Variação Est.19/Orç.19	
				Valor	Δ %
Unid: K€					
CMVC					
Armazenagem	-12 537,6	-12 726,8	-12 609,9	-116,9	-0,9%
Tratamento gasóleo Polnato	0,0	-1 400,0	0,0	-1 400,0	-100,0%
Contratos para a manutenção à sua ordem de PP ou de PB (Tickets)	-4 569,6	-5 070,6	-5 239,9	169,3	3,3%
Tot. Armazenagem	-17 107,1	-19 197,4	-17 849,7	-1 347,6	-7,0%
Outros FSE	-2 009,2	-2 497,1	-1 758,0	-739,1	-29,6%
Pessoal	-835,1	-1 152,9	-927,8	-225,1	-19,5%
Dotação Fundo Estatutário	-4 519,5	-2 265,4	-2 265,4	0,0	0,0%
Imparidade de dívidas a receber	-187,2	0,0	0,0	0,0	
Provisões	-6,0	0,0	0,0	0,0	
Perdas por imparidades	-26 112,7	0,0	0,0	0,0	
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros gastos e perdas	-49,8	-18,1	-31,3	13,2	73,1%
Total de Gastos e Perdas operacionais	-50 826,7	-25 130,8	-22 832,3	-2 298,6	-9,1%

A conta de exploração apresentada abaixo evidencia os seguintes valores:

Rubricas	Real 2018	Resultados URP Est. 19/Orç. 19		Est. 19/Orç. 19	
		Orçamento 2019	Estimativa 2019	K €	%
Vendas					
Prestação de Serviços	24 132,0	24 950,2	25 706,1	755,9	3,0%
Outros rendimentos e ganhos	879,3	724,6	632,5	-92,0	-12,7%
Total de Rendimentos Operacionais	25 011,3	25 674,8	26 338,7	663,9	2,6%
Total de Gastos e Perdas Operacionais	-50 826,7	-25 130,8	-22 832,3	-2 298,6	-9,1%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-25 815,4	544,0	3 506,4	2 962,4	544,6%
Gastos depreciações/amortizações	-238,9	-439,2	-308,4	-130,8	-29,8%
Juros e gastos similares	-37,4	-73,9	-37,4	-36,5	-49,4%
Resultados antes de impostos	-26 091,7	30,9	3 160,6	3 129,8	
Imposto sobre rendimento exercício	-5,6	0,0	0,0	0,0	
Resultado líquido do período	-26 097,3	30,9	3 160,6	3 129,8	

O total de rendimentos operacionais regista um desvio favorável comparando o orçamento de 2019, elaborado em dezembro de 2019, com o valor estimado para 2019 elaborado no âmbito do presente orçamento, de 755,9K€ (3,0%), e advém da maior procura por parte dos operadores de reservas junto da ENSE, E.P.E. o que aumenta a faturação e rendimentos provenientes das reservas cedidas aos operadores.

Desta forma a ENSE, E.P.E. está a assegurar um nível de cobertura média pouco superior à orçamentada junto dos operadores pelo que a ENSE, E.P.E. continuará a adquirir um volume de tickets necessário a este fim sabendo, no entanto, de antemão, que o custo dos tickets está substancialmente mais elevado. Na verdade, o custo médio ponderado dos tickets de 1,22€/ton/mês obtido em 2018, foi alvo de orçamento em 2019 de 1,35€/ton/mês.

É expectável que no final do exercício de 2019 este custo médio ponderado atinja os 1,27€/ton/mês, superior ao custo obtido em 2018, no entanto pelo facto de a ENSE, E.P.E. estar a assegurar aos operadores um nível de cobertura bastante superior que a par do acréscimo de cobertura redundará num gasto superior estimado para 2019 (+169,3k€, +3,3%).

A estrutura de gastos operacionais estimados para 2019 mostram um desvio global favorável de 2.298,6K€ (-9,1%) relativamente ao orçamento de 2019, devido essencialmente:

- A um desvio orçamental, também favorável total, do gasto com a rotação do gasóleo no valor de 1.400K€ (-100%) na medida em que, estando previsto a execução deste serviço, não será realizado em 2019;
- Ao desvio orçamental favorável do gasto com armazenagem de 116,9K€ (-0,9%) devido sobretudo ao efeito da manutenção do custo de armazenagem relativamente ao aumento previsto para inflação em sede de orçamento;
- Ao desvio orçamental desfavorável do custo de aquisição de tickets relativamente ao orçamento no valor de 169,3K€ (+3,3%);
- Ao desvio orçamental favorável com outros FSE's no valor de 739,1K€ (-29,6%), a que não é alheio um nível de gasto com trabalhos especializados nas Instalações do Pol Nato abaixo dos valores orçamentados. A este propósito deve ser referido que a URP contratou um serviço interno da Unidade de Controlo e Prevenção, em condições mais favoráveis face ao mercado, no sentido de prestar um conjunto de serviços de fiscalização associados às reservas e que serão prestados no 4º trimestre do ano, no valor de 102,3K€;
- Ao desvio orçamental favorável com os gastos com o pessoal (-225,1K€, -19,5%) na medida em que estavam orçamentados a entrada de seis novos colaboradores para o Gabinete de Apoio (UAG em 2019) o que através da chave de repartição imputa 91,7% deste gasto à Unidade, dos quais apenas deu a entrada de uma nova contratação;
- A contabilização do gasto com o fundo estatutário está em linha com o que foi orçamentado;
- Ao desvio orçamental desfavorável de outros gastos e perdas relacionado com taxas de justiça de processos judiciais, correção do PERES (8K€), não orçamentados.



O gasto com os subcontratos da URP, onde se incluem o gasto com armazenagem e aquisição de tickets, estimados para 2019 continuam a representar uma parte considerável dos gastos totais, cerca de 78% nos gastos totais.

A conta de exploração estimada para 2019 evidencia um conjunto de rendimentos traduzidos por prestação de serviços de cedência de reservas aos operadores e outros rendimentos compostos por juros de aplicações que registaram, para o primeiro caso, um desvio favorável de 755,9k€ (+3,0%), e para o segundo caso, um desvio desfavorável de 92,0k€ (-12,7%).

A soma dos desvios dos rendimentos traduz um desvio orçamental favorável de 663,9k€ que, a par do desvio significativamente favorável dos gastos operacionais de 2.298,6k€ (-9,1%), se reflete num desvio favorável do EBITDA de 2.962,4k€ (EBITDA estimado de 3.506,4k€).

A estes acrescentam-se desvios favoráveis tanto nas amortizações de 130,8k€ (-29,8%) como nos juros e gastos similares de 36,5k€ (-49,4%).

O primeiro decorre essencialmente do deslize para o próximo ano de alguns investimentos a empreender junto do DPNL.

O segundo deriva da manutenção das taxas de juros a níveis muito baixos, sendo neste aspeto de referir que o indexante sobre o qual se soma o spread para efeitos de cálculo da taxa de juro associada ao empréstimo obrigacionista, se tem mantido em terreno negativo.

O resultado antes de impostos estimado para 2019 é de 3.160,6K€ e representa um desvio favorável de 3.129,8K€.

3. Reservas

A posição das reservas da ENSE, E.P.E. tem seguido uma lógica trimestral, considerando a obrigação de reservas para 2020. Neste sentido, a ENSE, E.P.E. tem apresentado um conjunto de reservas físicas, relativamente estável, ao longo dos 3 trimestres e tem realizado, trimestralmente, contratos de manutenção (CSO *tickets*) com terceiros por forma a ajustar às necessidades de reservas dos operadores obrigados, tendo implementado uma estratégia de cobertura de risco para otimizar os custos financeiros associados a estas contratações.

3.1 Reservas Físicas - 4º trimestre 2019 (deduzido de 10% dos fundos de tanque)

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	46 260	49 267	
B - Gasóleo	268 180	285 611	
C - Outros	45 900	48 884	
Crude	484 273	464 903	
Totais	844 613	848 664	

3.2 Tickets

Reservas efetuada com base na celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENSE, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (Tickets)

4º trimestre de 2019

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
Crude	320 000	307 200	
A - Gasolina	30 000	31 950	
C - Outros	6 250	6 656	
Totais	356 250	345 806	15,8

Contratação de Tickets em 2019:

Q.	Armazenagem	Produto		
		Tipo	Toneladas	COE
1. 2019	Itália	Crude	250 000,00	240 000,00
	Portugal	Crude	75 000,00	72 000,00
	2019 - TOTAL Q1		325 000,00	312 000,00
2. 2019	Itália	Crude	250 000,00	240 000,00
	Portugal	Crude	78 125,00	75 000,00
	Grécia	Crude	30 000,00	28 800,00
	2019 - TOTAL Q2		358 125,00	343 800,00
3. 2019	Itália	Crude	250 000,00	240 000,00
	Grécia	Crude	65 000,00	62 400,00
	Espanha	Crude	50 000,00	48 000,00
	Alemanha	Crude	8 500,00	8 160,00
	2019 - TOTAL Q3		373 500,00	358 560,00
4. 2019	Itália	Crude	250 000,00	240 000,00
	Espanha	Crude	70 000,00	67 200,00
	Itália	Gasolina	30 000,00	31 950,00
	Espanha	Fuel	6 250,00	6 656,00
	2019 - TOTAL Q4		356 250,00	345 806,00



3.3 Reservas Totais (deduzindo 10% fundos de tanques):

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	76 260	81 217	
B - Gasóleo	268 180	285 611	
C - Outros	52 150	55 540	
Crude	804 273	772 103	
Totais	1 200 863	1 194 471	

3.4 Distribuição de Reservas- 4º trimestre 2019

Categoria dos Produtos	Reservas constituídas pela ENSE (número médio de dias)		
	A	B	C
Grandes Operadores	50,03	47,98	43,62
Pequenos Operadores	90,00	90,00	90,00

Categoria dos Produtos	Reservas constituídas pelos Operadores (número médio de dias)		
	A	B	C
Grandes Operadores	39,97	42,02	46,38
Pequenos Operadores	0	0	0

Categoria dos Produtos	Reservas constituídas pela ENSE (Ton)		
	A	B	C
Grandes Operadores	138 820	827 932	86 874
Pequenos Operadores	10 697	53 530	1 055
Total	149 517	881 462	87 929

Categoria dos Produtos	Reservas constituídas pelos Operadores (Ton)		
	A	B	C
Grandes Operadores	110 887	725 096	92 362
Pequenos Operadores	0,00	0,00	0,00
Total	110 887	725 096	92 362

4. Qualidade das reservas de produtos

Parâmetros	Especificações		Média ponderada dos parâmetros observados
	Min	Max.	
Densidade a 15 °C (kg/m ³)	833,0	844,4	838,7
Água, método de Karl Fisher (% m/m)	0,004	0,007	0,006
Recuperado a 250°C (% v/v)	21,9	35,1	28,5
Recuperado a 350 °C (% v/v)	92,5	94,9	93,7
Temperatura a 95% recuperado (°C)	350,4	359,6	355,0
Ponto final de destilação (°C)	357,8	371,1	364,5
Contaminação total (mg/kg)	<12	<12	<12
Estabilidade à oxidação (g/m ³)	<1	4	4
Temperatura Limite de congelação- CFPP (°C)	-15	-4	-9,5
Viscosidade a 40°C (mm ² /s)	2,856	3,360	3,108
Teor de enxofre (mg/kg)	4,9	8,6	6,8
Índice de cetano	52	58	55
Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos – PAH (% m/m)	2,1	4,2	3,2
Resíduo carbonoso (% m/m)	<0,01	<0,10	<0,10
Número ácido (mg KOH/g)	<0,02	0,04	0,04

A manutenção da qualidade das reservas armazenadas com a PETROGAL constitui responsabilidade contratual da depositária.

O produto armazenado no DPNL é monitorizado através da realização semestral do controlo de qualidade dos produtos. Dentro dos tanques verificou-se que o mesmo se manteve dentro das especificações.

Os parâmetros de qualidade (média ponderada) analisados pelo Auditor independente, Bureau Veritas, e verificados pelo controlo de qualidade interno da ENSE, E.P.E. são os seguintes:

Tal como referido, constata-se que os parâmetros de qualidade observam as especificações legais em vigor, tendo sido apurados por laboratório credenciado, valores medidos a junho de 2019.



C2 - Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)

Rubricas	Unid: K €		Real 2018		Resultados UCP Est.19/Orç.19		△ Est.19/Orç.19	
	UPEP	UB+UPP	Orçamento 2019	Estimativa 2019	K €	%		
Vendas	0,0	0,0	0,0	0,0				
Prestação de Serviços	3,0	130,9	360,0	453,2	93,2			
Outros rendimentos e ganhos	4 526,7	80,4	4 562,3	78,3	-4 484,0			
Total de Rendimentos Operacionais	4 529,6	211,3	4 922,3	531,4	-4 390,9			
Subcontratos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Outros FSE's	-172,0	-476,6	-943,6	-409,5	-534,1	-56,6%		
Gastos com pessoal	-170,2	-418,2	-1 177,1	-670,4	-506,7	-43,0%		
Outros gastos e perdas	-367,1	-4,4	-2,1	-3,7	-1,6			
Total de Gastos e Perdas operacionais	-709,3	-899,2	-2 122,8	-1 083,6	-1 039,2	-49,0%		
Resultado antes de depreciações, gastos e financiamento e impostos	3 820,3	-687,9	2 799,5	-552,2	3 351,7	-119,7%		
Gastos depreciações / amortizações	-27,5	-69,9	-142,6	-103,3	-39,3	-27,6%		
Juros e gastos similares	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Resultados antes de impostos	3 792,8	-757,7	2 656,9	-655,4	3 312,3	-124,7%		
Imposto sobre rendimento exercício	-312,2	-11,8	0,0	0,0	0,0			
Resultado líquido do período	3 480,6	-769,5	2 656,9	-655,4	3 312,3	-124,7%		

No que concerne à Unidade de Controlo e Prevenção são estimados rendimentos para 2019 de:

- 350,8k€ associados à emissão de tickets de biocombustível;
- 102,3k€ relacionados com a prestação de serviços por esta Unidade à Unidade de Reservas petrolíferas previsto para o último trimestre do ano e que respeitam a um conjunto de serviços de fiscalização às reservas petrolíferas;
- 21k€ em processos de contraordenação;
- Outros rendimentos e ganhos decorrentes da parte repartida referente a aplicações CEDIM, no valor de 56,8k€.

Em termos de gastos operacionais a estimativa prevê um conjunto de gastos em FSE's no valor de 409,5k€, bastante abaixo do valor orçamentado de 943,6k€.

Este facto deve-se principalmente ao desvio orçamental favorável com:

- análises a amostras orçamentadas em 500k€ contra uma estimativa de 251,2k€;
- desenvolvimento de ferramentas aplicacionais de fiscalização e outros trabalhos especializados foi orçamentado em 183,2k€ contra o valor estimado de 26,8k€;
- Outro conjunto de rubricas como deslocações e estadas, combustíveis, conservação e reparação de viaturas entre outros relacionados com o facto de não terem ocorrido as entradas dos inspetores previstos em sede de orçamento.

Os gastos com o pessoal estimados apontam para 670,4k€ contra um gasto orçamentado de 1.177,1k€ o que representa um desvio orçamental favorável de 506,7k€ (-43,0%). Nesta rubrica a estimativa conta com a entrada de um colaborador autorizado pelas tutelas no âmbito do PAO de 2019 quando em sede de orçamento estava previsto a entrada de 12 colaboradores atento as novas valências inscritas no DL nº 69/2018 de 01 de setembro que reestrutura e redenomina a ENMC, E.P.E. em ENSE, E.P.E..

O EBITDA estimado negativo de 552,2k€ reflete o facto de a unidade apresentar um conjunto de gastos operacionais superior aos seus rendimentos. O desvio orçamental desfavorável de 3.351,7k€ decorre em grande medida do valor orçamentado para 2019 em outros rendimentos e ganhos de 4.500k€, respeitante à reconhecimento de um proveito com uma garantia bancária executada. Recorde-se que, apesar do orçamento de 2019 prever o reconhecimento da garantia executada em 2019, esse reconhecimento ocorreu mesmo no exercício de 2018.

Os gastos estimados com depreciações são inferiores ao valor orçamentado em 2019 em 39,3€ (-27,6%) e deve-se a investimentos programados ainda não executados.

O resultado final estimado deverá atingir os -655,4k€, bastante abaixo do RAI orçamentado para 2019, de 2.656,9k€ e que deriva sobretudo do reconhecimento da execução da garantia bancária conforme indicado.

C3 - Institucional e transversal

Para fazer face à diversidade de áreas operacionais e à lógica multifuncional de racionalização dos seus recursos humanos, a ENSE, E.P.E. conta, para além dos órgãos sociais (3 membros do Conselho de Administração - o 2º vogal nunca foi nomeado -, 3 membros do Conselho Fiscal e 1 ROC), um conjunto de 11 técnicos e administrativos de apoio transversal que compõe a Unidade de Administração Geral (UAG), e que são partilhados pelas diversas áreas sendo, para tal, efetuada uma chave de repartição do seguinte modo: URP: 91,7%, UCP: 8,3%.

No âmbito de uma política otimização de gastos, competências e meios humanos, nesta área transversal enquadram-se todas as atividades que são transversalmente necessárias ao funcionamento das diversas unidades funcionais, designadamente: Departamento financeira e recursos humanos, Departamento de sistemas de informação e Departamento jurídico e contencioso, bem como apoio administrativo.



C4 - Global ENSE, E.P.E.

No que respeita à conta de exploração da ENSE, E.P.E. (global):

Rubricas	Unid: K €	Real 2018	Resultados ENSE Est. 19/Orç. 19		△ Est. 19/Orç. 19	
			Orçamento 2019	Estimativa 2019	K €	%
Vendas						
Prestação de Serviços		24 265,8	25 310,2	26 159,3	849,1	3,4%
Outros rendimentos e ganhos		5 486,4	5 286,9	710,8	-4 576,1	-86,6%
Total de Rendimentos Operacionais		29 752,2	30 597,1	26 870,1	-3 727,0	-12,2%
CMVM		0,0	0,0	0,0	0,0	
Subcontratos						
Armazenagem		-12 537,6	-12 726,8	-12 609,9	-116,9	-0,9%
Tratamento gasóleo PolNato		0,0	-1 400,0	0,0	1 400,0	-100,0%
Tickets		-4 569,6	-5 070,6	-5 239,9	169,3	3,3%
Total Subcontratos		-17 107,1	-19 197,4	-17 849,7	-1 347,6	-7,0%
Outros FSE's		-2 657,7	-3 440,7	-2 167,5	-1 273,2	-37,0%
Gastos com pessoal		-1 423,6	-2 330,0	-1 598,2	-731,7	-31,4%
Ajustamentos de inventários		-26 112,7	0,0		0,0	
Quebras em inventário		0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-187,2	0,0	0,0		
Provisões		-6,0	0,0	0,0	0,0	
Fundo estatutário		-4 519,5	-2 265,4	-2 265,4	0,0	0,0%
Outros gastos e perdas		-421,3	-20,1	-35,0	14,8	
Total de Gastos e Perdas operacionais		-52 435,1	-27 253,6	-23 915,9	-3 337,7	-12,2%
Resultado antes depreciações, gastos financiamento e impostos		-22 682,9	3 343,5	2 954,2	-389,3	-11,6%
Gastos depreciações/amortizações		-336,3	-581,8	-411,6	-170,2	-29,2%
Resultado operacional (antes gastos financiamento e impostos)		-23 019,2	2 761,7	2 542,6	-219,1	7,9%
Juros e gastos similares		-37,4	-73,9	-37,4	-36,5	-49,4%
Resultados antes de impostos		-23 056,6	2 687,8	2 505,2	-182,6	6,8%
Imposto sobre rendimento exercício		-329,6	0,0	0,0	0,0	
Resultado líquido do período		-23 386,3	2 687,8	2 505,2	-182,6	6,8%

A conta de exploração da ENSE, E.P.E. estimada para final de 2019 considera as seguintes diferenças para o Orçamento de 2019:

- o O valor global de rendimentos operacionais evidencia um desvio favorável verificado na URP (755,9K€), considerando o aumento do volume de tickets cedidos aos operadores (inclui reservas físicas e tickets contratados), e um desvio desfavorável de outros rendimentos e ganhos justificado pelas taxas de juro zero das aplicações financeiras de curto prazo CEDIC's (-92,0K€; -12,7%) quando o orçamento previa como pressuposto uma pequena taxa de juro (0,01%). A UCP contribui com um desvio favorável de 93,2K€ relacionado sobretudo com o conjunto de serviços internos de fiscalização à Unidade de Reservas Petrolíferas. O valor global do desvio desfavorável é de 849,1K€ (+3,4%);
- o Os gastos operacionais (incluindo depreciações e amortizações), englobam:



- ✓ Subcontratos afetos exclusivamente à URP - custos com armazenagem de produtos mais aquisição de tickets (isentos de IVA). Face ao orçamento, observa-se um efeito negativo do acréscimo do gasto com tickets adquiridos em leilão no mercado internacional por via do aumento do volume adquirido (e não preço) de 169,3K€, o efeito positivo no gasto com armazenagem de 116,9K€, é compensado pela não realização do gasto com a rotação de gásóleo de 1.400K€, o que gera uma poupança global com subcontratos de 1.347,6K€ (-7,0%);
- ✓ Outros FSE's estimados que evidenciam um desvio global favorável de 1.273,2K€ (-37,0%), sendo constituídos principalmente por trabalhos especializados (entre eles a prestação do serviço interno de fiscalização de reservas), honorários, rendas e alugueres de instalações, conservação e reparação de equipamentos, deslocações e estadas, seguros e comunicações, os quais encontram justificação na URP (-739,1K€) e na UCP (-534,1K€);
- ✓ Os Gastos com o pessoal assinalam um desvio global desfavorável de 731,7K€ (-31,4%) com contribuições diferentes de acordo com as Unidades: na URP (-225,1K€) e na UCP (-506,7K€). O desvio é bastante favorável tendo em conta que o orçamento de 2019 contemplava a entrada global de 18 trabalhadores o que não foi concretizado. De referir que foram admitidos em 2019 quatro colaboradores, sendo que destes dois foram canalizados para a UCP e outros dois para apoio transversal (UAG). A este propósito refira-se ainda que duas entradas vêm colmatar as duas vagas existentes de anos anteriores e outros dois foram autorizados pelas tutelas em sede de PAO 2019;
- ✓ Amortizações: desvio favorável dos valores orçamentados para 2019 relativamente aos montantes estimados para 2019 de 170,2K€ (-29,2%) decorre do desfasamento temporal na execução do programa de investimentos orçamentados. Na área de investimentos está refletida a análise sobre esta matéria;
- ✓ Constituição do fundo estatutário calculado considerando 10% dos gastos globais líquidos (gastos operacionais + amortizações + juros e gastos similares - rendimentos de aplicações) da URP;
- ✓ Os juros e gastos similares estimados de 37,4K€ (como a taxa de juro é zero este valor refere-se apenas à especialização de comissões de constituição do empréstimo obrigacionista diferidos pela vida útil deste), sofrem um desvio favorável de 36,5 (-49,4%) relativamente ao orçamento para 2019 (de 73,9K€);
- ✓ A conta de exploração da ENSE E.P.E. estimada para 2019 apresenta um EBITDA positivo de 2.954,2K€ e um resultado antes de impostos positivo de 2.505,2K€.

O resultado antes de impostos global positivo resulta sobretudo do acréscimo verificado nas prestações de serviços associados ao aumento da cedência de reservas aos operadores e ainda ao efeito positivo que decorre da diminuição dos gastos operacionais, amortizações e juros e gastos similares, relativamente ao orçamento.

D - ORÇAMENTO PARA 2020 - UNIDADES

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto, que entrou em vigor em 1 de setembro, o legislador procedeu à reestruturação e concentração das competências de fiscalização de todo o setor energético numa única entidade fiscalizadora/supervisora, com a conseqüente redenominação da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E., que passou a designar-se Entidade Nacional para o Setor Energético (ENSE E.P.E.), recebendo competências ao nível do setor elétrico e do gás natural, mantendo as competências anteriores ao nível da gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais e bem assim ao nível do mercado dos biocombustíveis .

O presente orçamento, para 2020, foi desenvolvido de acordo as instruções da Direção-geral do Tesouro e Finanças (DGTF) sobre os Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG's) rececionados em 26/09/2019, sendo que, para o 1º e o 2º trimestre de 2020, foram consideradas as Introduções ao Consumo(ICs) em 2018 e, para os restantes trimestres de 2020, foram consideradas as Introduções ao Consumo de 2019, com base na análise de tendência das ICs reais até agosto de 2019.

De realçar que a ENSE, E.P.E. é uma entidade que não recebe qualquer transferência do Orçamento do Estado, assentando o modelo de financiamento da sua URP-Unidade de Reservas de Petrolíferas/ECA - Entidade Central de Armazenagem, (que representa mais de 95% do orçamento da ENSE, E.P.E.) na recuperação dos seus custos através de uma prestação mensal faturada aos operadores, tendo subjacente os serviços prestados, sendo o seu resultado líquido tendencialmente nulo (nulo em termos de orçamentação) conforme definido nos seus Estatutos.

Os pressupostos macroeconómicos de referência para o triénio 2020-2022, resultam de informação constante das referidas instruções da DGTF sobre a elaboração dos IPG's, no âmbito da elaboração do Orçamento para 2020.

Os pressupostos microeconómicos são obtidos através de informação interna e junto do mercado, designadamente, cotação do crude, cotações dos produtos, custo de delegação dos contratos de manutenção (*tickets*) e custo unitário de armazenagem.

D.1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

O cenário base assenta no pressuposto de que a ENSE, E.P.E., para além dos 30 dias de reservas estratégicas, constitui para todos os pequenos operadores os 60 dias até o cumprimento da Obrigação Nacional, e de que as reservas remanescentes serão cedidas aos grandes operadores que manifestem a intenção em utilizá-las, resultando, assim, na recuperação total dos custos da ENSE, E.P.E..

1. Mercado

As introduções ao consumo, reais, efetuadas pelos operadores obrigados, de janeiro a agosto de 2019, e a projeção das suas introduções, nos meses de setembro a dezembro de 2019, são os valores que servem de base ao cálculo das reservas dos operadores para o terceiro e quartos trimestres de 2020.

As reservas físicas e de contratos de manutenção à ordem da ENSE, E.P.E., de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (*tickets*) garantem a seguinte cobertura em dias:

1.1 Reservas Físicas (deduzido de 10% de fundos de tanque)

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	46 260	49 267	
B - Gasóleo	268 180	285 611	
C - Outros	45 900	48 884	
Crude	484 273	464 903	
Totais	844 613	848 664	37,3

1.2 Tickets

Reservas a efetuar com base na celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENSE, E.P.E., de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (Tickets)

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
Crude	320 000	307 200	
A - Gasolina	30 000	31 950	
C - Outros	6 250	6 656	
Totais	356 250	345 806	15,8

Para 2020 está prevista a aquisição de 307.200Ton coe de crude, 31.950Ton coe de Gasolina e 6.656Ton coe de outros produtos, através da celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENSE, E.P.E., de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (tickets), corresponde a 15,8 dias de cobertura de reservas.

1.3 Reservas Totais

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	76 260	81 217	
B - Gasóleo	268 180	285 611	
C - Outros	52 150	55 540	
Crude	804 273	772 103	
Totais	1 200 863	1 194 471	53,1

As reservas totais, contabilizando o produto armazenado e a aquisição prevista para os tickets, ascenderá a 1.200.863 ton, ou seja, 1.194.471 toncoe o que equivale a um total de 53,1 dias de reservas.

2. Evolução dos gastos da URP

Gastos Orçamentados para 2020 (K€)					
Rubricas	Real 2018	Est. 2019	Orç. 2020	Est.19/Orç.20	
				Δ valor	Δ %
CMVC					
Armazenagem	-12 537,6	-12 609,9	-14 468,9	1 859,0	14,7%
Tratamento gasoleo Polnato	0,0	0,0	-2 000,0	-2 000,0	
Contratos para a manutenção à sua ordem de PP ou de PB (Tickets)	-4 569,6	-5 239,9	-5 771,3	531,4	10,1%
Total de Subcontratos	-17 107,1	-17 849,7	-22 240,1	4 390,4	24,6%
Outros FSE	-2 009,2	-1 758,0	-2 158,1	400,1	22,8%
Pessoal	-835,1	-927,8	-1 144,9	217,0	23,4%
Dotação Fundo Estatutário	-4 519,5	-2 265,4	-2 589,4	324,0	14,3%
Imparidade de dívidas a receber	-187,2	0,0	0,0	0,0	
Provisões	-6,0	0,0	0,0	0,0	
Perdas por imparidades	-26 112,7	0,0	0,0	0,0	
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,0	
Gastos exercícios anteriores	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros gastos e perdas	-49,8	-31,3	-23,9	-7,4	-23,7%
Total de gastos e perdas operacionais	-50 826,7	-22 832,3	-28 156,4	5 324,1	23,3%

Gastos Operacionais

O orçamento de 2020 evidencia em termos de gastos com subcontratos:

- Um aumento relevante do gasto de armazenagem, uma vez que foi necessário proceder à renovação do contrato do crude (parte relacionada com a transição) o que redundou no estabelecimento de um custo unitário mensal de 0,70€/m3/ton (em 2019 era de 0,3958€/m3/ton) sujeito a visto e previamente autorizado pelo Tribunal de Contas. Os restantes contratos em vigor com a Petrogal preveem uma atualização anual do custo com base no IPC que também contribuem para este acréscimo de gasto;
- Processo de rotação do gasóleo do PolNato a iniciar em 2020 cujo valor se orçamenta em 2,0 milhões de euros (num total de 3,5 milhões até 2021);
- Um aumento do gasto com a aquisição de tickets de 531,4K€ (+10,1%) por força do incremento do pedido de cedência de reservas pelos operadores, não obstante a manutenção do custo unitário médio orçamentado para os tickets em 1,35€/ton/mês (conforme orçamentado na anterior).

Globalmente, na URP, os subcontratos continuam a representar uma fatia considerável dos gastos totais em cerca de 79%.

Os restantes Fornecimentos e Serviços Externos, ascenderão a 2.158,1K€ (acrécimo de 400,1K€, +22,8%) sendo constituído, maioritariamente, por trabalhos especializados - onde se destaca a prestação de serviços internos da Unidade de Controlo e Prevenção (409,3K€/ano), de gestão, manutenção, operação e investimento (que vai a custo integral do exercício) no DPNL (249,1K€). Acrescem gastos com seguros multirriscos e de cobertura de riscos ambientais no DPNL (180,0K€), análises de reservas (43,1K€), entre outros. De referir que no seguimento do auto de cedência das instalações do Polnato para a administração direta da ENSE, E.P.E., todos os trabalhos de gestão e manutenção das instalações ficaram sob a alçada desta entidade.

Os gastos com o pessoal estão orçamentados em 1,144,9K€, o que constitui um desvio desfavorável de 217,0K€ sendo a diferença justificada pela previsão da entrada de 5 trabalhadores em 2020 a partir de julho para a UAG, de apoio transversal à ENSE, E.P.E. e que acresce à URP via chave de repartição (valores imputados).

O fundo estatutário é novamente orçamentado em 10% dos gastos totais líquidos.

Os outros gastos e perdas não têm expressão e são ligeiramente inferiores à estimativa de 2019.



3. Demonstrações de Resultados - URP

Rendimentos

Os rendimentos da URP, em 2020, deverão ascender aos 28.524,0K€, e são obtidos pela quantidade de reservas que a ENSE/URP prevê ceder aos operadores, multiplicado pela prestação unitária única para as três categorias de produtos. Os pressupostos apontam para o aumento da quantidade de reservas a ceder aos operadores (tendo como referência os pedidos de cedência de reservas solicitados à ENSE no último trimestre de 2020) e nesse sentido, a par do incremento dos gastos principalmente com a armazenagem das reservas, contribui para o aumento da prestação unitária orçamentada, 1,99€/toncoe/mês.

Os outros rendimentos e ganhos são constituídos principalmente pelos juros da aplicação CEDIM afetas a esta Unidade, sendo de referir que esta aplicação financeira de médio longo prazo iniciada em 30 de junho de 2010 vence no dia 30 de junho de 2020.

Gastos

Os restantes gastos como amortizações aumentam de 308,4K€ estimados para 586,1K€ orçamentados em 2020, devido sobretudo ao investimento previsto para o Polnato que se estima que atinja os 0,5M€ em 2019 e 1,5M€ em 2020, investimento este orientado para a intervenção prioritária no parque como garantir reservas em condições de segurança e devidamente vigiadas, reabilitando tanques e oleodutos, e cumprindo os requisitos ambientais exigidos e as condições de segurança das populações locais.

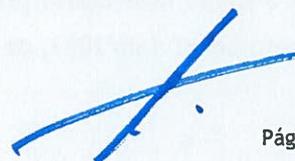
Os juros e gastos similares também poderão aumentar em 2020 (+18,0K€) devido à expectável recuperação do indexante Euribor a 6 meses.

O EBITDA da URP ascende a 681,7K€ a e o RAI ascende a 40,2K€, um resultado tendencialmente nulo conforme dispõem os estatutos.

As prestações são destinadas a assegurar, em termos orçamentais, a recuperação dos custos totais da ENSE e equivalem ao quociente entre custos totais da ECA e a quantidade total de reservas (físicas mais contratos de manutenção/tickets) em posse da ENSE medidas em Ton coe.

Para o cálculo das prestações unitárias conta não só os gastos totais líquidos da URP como as reservas totais que vão ser cedidas aos operadores.

De notar que não se estima nem se orçamenta qualquer IRC já que foi inscrito no LOE que a ECA (entidade central de armazenagem), ou seja, a ENSE (URP), tem os seus resultados líquidos isentos desta tributação.



Demonstração de Resultados

Un: K €

URP	Real 2018	Estimativa 2019	Orçamento 2020	Desvio	
				Total	%
Rendimentos e Gastos					
Vendas e serviços prestados	24 132,0	25 706,1	28 524,0	2 817,8	11,0%
Outros rendimentos e ganhos	879,3	632,5	314,2	-318,4	-50,3%
Total rendimentos operacionais	25 011,3	26 338,7	28 838,1	2 499,4	9,5%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Subcontratos	-17 107,1	-17 849,7	-22 240,1	4 390,4	24,6%
Outros FSE	-2 009,2	-1 758,0	-2 158,1	400,1	22,8%
Gastos com pessoal	-835,1	-927,8	-1 144,9	217,0	23,4%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-26 112,7	0,0	0,0	0,0	0,0%
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-187,2	0,0	0,0	0,0	0,0%
Provisões (aumentos/reduções)	-6,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Fundo Estatutário	-4 519,5	-2 265,4	-2 589,4	324,0	14,3%
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros gastos e perdas	-49,8	-31,3	-23,9	-7,4	-23,7%
Total de gastos e perdas operacionais	-50 826,7	-22 832,3	-28 156,4	5 324,1	23,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-25 815,4	3 506,4	681,7	-2 824,7	-80,6%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-238,9	-308,4	-586,12	277,8	90,1%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-26 054,3	3 198,1	95,6	-3 102,4	-97,0%
Juros e gastos similares suportados	-37,4	-37,4	-55,44	18,0	48,1%
Resultado antes de impostos	-26 091,7	3 160,6	40,2	-3 120,4	-98,7%
Impostos sobre o rendimento do período	-5,6	0,0	0,0	0,0	
Resultado líquido do período	-26 097,3	3 160,6	40,2	-3 120,4	-98,7%

4. Custos da URP/ECA (€/Coe) - Prestações Unitárias

Comparação Custo Unitário em valores e Percentagem

Apresentamos a prestação unitária orçamentada para 2020 e as prestações dos dois anos anteriores para comparação, medida em €/mês/Tcoe:

Categoria	2018	2019	2020	2019/2020	
				△	%
A - Gasolina	1,74	1,81	1,99	0,18	9,9%
B - Gasóleo	1,74	1,81	1,99	0,18	9,9%
C - Outros	1,74	1,81	1,99	0,18	9,9%

As prestações da URP - Unidade de Reservas Petrolíferas enquanto ECA - Entidade Central de Armazenagem resultam principalmente da recuperação dos custos totais, onde se inclui a dotação para o fundo estatutário previsto no nº 4 do artigo 20º dos estatutos da ENSE, E.P.E. (Anexo V ao Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro).



O aumento da prestação unitária prende-se sobretudo com o acréscimo orçamentado com a aquisição de tickets, tendo em atenção a satisfação das necessidades de reservas solicitadas pelos operadores à ENSE, deve-se também aos montantes previstos para a operação de rotação do gasóleo do Polnato (ainda não realizado, de 2 milhões de euros), à redução do rendimento com o CEDIM (apenas metade) e ao investimento a realizar no DPNL embora este apenas represente a parte de amortizações do exercício.

D.2 - Unidade de Controlo e Prevenção (UCP):

Demonstração de Resultados

Un: K €

UCP	Real 2018		Estimativa 2019	Orçamento 2020	Desvio	
	UPEP	UB+UPP			Total	%
Rendimentos e Gastos						
Vendas e serviços prestados	3,0	130,9	453,2	1 659,28	1 206,1	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	4 526,7	80,4	78,25	128,44	50,2	0,0%
Total rendimentos operacionais	4 529,6	211,3	531,4	1 787,7	1 256,3	0,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0%
Subcontratos	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0%
Outros FSE	-172,0	-476,6	-409,5	-553,69	144,2	35,2%
Gastos com pessoal	-170,2	-418,2	-670,4	-1 078,02	407,6	60,8%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0%
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0%
Provisões (aumentos/reduções)	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0%
Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0%
Fundo Estatutário	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0%
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0%
Outros gastos e perdas	-367,1	-4,4	-3,7	-3,04	0,7	0,0%
Total de gastos e perdas operacionais	-709,3	-899,2	-1 083,6	-1 634,7	551,1	50,9%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3 820,3	-687,9	-552,2	153,0	705,2	127,7%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-27,5	-69,9	-103,3	-138,6	35,3	34,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3 792,8	-757,7	-655,4	14,4	669,8	102,2%
Juros e gastos similares suportados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Resultado antes de impostos	3 792,8	-757,7	-655,4	14,4	669,8	102,2%
Impostos sobre o rendimento do período	-312,2	-11,8	0,0	0,0	0,0	0,0%
Resultado líquido do período	3 480,6	-769,5	-655,4	14,4	669,8	-102,2%

A Unidade de Controle e Prevenção (UCP) integra um conjunto diverso de competências muito para além da fiscalização dos combustíveis, abarcando a fiscalização nas áreas das reservas da ENSE e operadores, a eletricidade, biocombustíveis e gás natural.

Neste sentido admitiu-se como razoável utilizar como referência para o ano de 2018 a soma dos valores da antiga UPP e antiga UB já que integram (mas não esgotam) todas as competências da nova Unidade UCP.

As novas valências associadas à eletricidade e gás natural exercem naturalmente pressão sobre as principais rubricas de despesa como FSE's, gastos com o pessoal e amortizações (via investimento).

Gastos

O orçamento para esta unidade prevê custos operacionais relacionados com FSE's, gastos com o pessoal, outras pequenas perdas e amortizações.

Os FSE's ascendem a 553,9K€ são compostos essencialmente por trabalhos especializados como as análises de qualidade às colheitas de amostras de combustível obtidas pelas equipas de fiscalização no valor de 200K€, e outros serviços de desenvolvimento de aplicações informáticas de fiscalização no valor de 65K€.

Estão também orçamentados nos FSE's o aluguer operacional de quatro viaturas: 3 veículos médios inferiores híbridos de 48 meses ou 200 mil Kms, uma pick up com tração 4X4 e cabine dupla RMOAV 48 meses ou 200 mil Kms, de acordo com o Despacho nº 2293-A/2019 e que remete também para Decreto-Lei nº 170/2008 do Parque de veículo do Estado, e a resolução do Conselho de Ministros nº106/2019 aplicável às empresa do Setor Empresarial do Estado. Os restantes FSE's distribuem-se por deslocações e estadas no valor de 46,9K€, conservação e reparação de equipamentos no valor de 37,0K€, combustíveis no valor de 28K€, conservação e reparação de viaturas no valor de 14,5K€, seguros no valor de 23,9K€, consumíveis no valor de 19,0K€, e outros pequenos como: serviços de informática, ferramentas de desgaste rápido, rendas e alugueres, materiais para colheita de amostras, material de escritório, livros e documentação técnica.

Prevê-se um acréscimo dos gastos com FSE's relativamente ao estimado de 2019 de 144,2K€ (+35,2%).

No que toca aos gastos com o pessoal, prevê-se o valor de cerca de 1.078,0K€ que reflete o incremento 407,6K€ (+60,8%) consubstanciado no recrutamento de mais 11 colaboradores contabilizados a partir de julho para a atividade de inspeção de reforço às equipas de inspeção designadamente nas áreas dos combustíveis, biocombustíveis, eletricidade, na fiscalização das reservas da ENSE dos operadores, e gás natural.

Este incremento dos gastos com o pessoal é ainda acentuado pelo gasto imputado e que decorre do reforço previsto para as áreas de apoio transversal à entidade (UAG) onde se prevê a contratação de mais 5 colaboradores em 2020 contabilizados a partir de julho.

De realçar o incremento previsto para formação (40K€) e ajudas de custo (24K€).

Foram ainda orçamentados gastos com seguros no valor de 24K€, para higiene e segurança no trabalho estimou-se 26,6K€, e vestuário e artigos pessoais, 5K€.

O acréscimo do gasto previsto para 2020 relativamente ao estimado para 2019 é de 407,6K€ e reflete a necessidade de reforçar as equipas no terreno para dar cumprimento às novas atribuições de fiscalização.

As amortizações também aumentam de estimado de 2019 para 2020 (de 103,3K€ para 138,6K€) devido ao investimento previsto sobretudo na aquisição e viatura especial que será objeto de transformação (por isso será adquirida em detrimento do aluguer operacional) no valor de 60K€, equipamento de fiscalização ATEX para cada departamento da UCP no valor global de 220K€ e equipamento metrológico no valor 26K€.



Rendimentos

Os rendimentos orçamentados para esta unidade são de 1.787,7K€ e é constituído por:

- Emissão de serviços ligados ao biocombustível no valor médio mensal de 104,1K€, no valor global anual de 1.250K€;
- Conjunto de serviços internos relacionados com a fiscalização de reservas da ENSE e operadores prestados por esta Unidade à Unidade de Reservas Petrolíferas no valor anual de 409,3K€;
- Contraordenações resultantes da atividade de fiscalização e atento o novo quadro de recursos humanos a atuar nas novas áreas de intervenção da ENSE como sejam a fiscalizadas das áreas de eletricidade, gás natural, que se orçamenta em cerca de 100K€ ano.

Resultados

O EBITDA da UCP está orçamentado em 153,0K€ o que representa um aumento de 705,2K€ relativamente ao valor estimado para 2019 (de 552,2K€). Esta EBITDA positivo reflete o crescimento dos rendimentos onde pontificam os serviços prestados com a área de biocombustíveis que superam o crescimento dos gastos não obstante o incremento verificado em principalmente em outros FSE's e gastos com o pessoal.

O RAI apurado em sede de orçamento é positivo e atinge os 14,4K€.

D.3 - Institucional e Transversal

Mantém-se a lógica funcional do ano anterior, ou seja, atendendo à diversidade de áreas operacionais e à lógica multifuncional de racionalização dos seus recursos humanos e no âmbito de uma política de minimização de custos e otimização das competências e meios humanos, nesta área transversal enquadram-se todas as atividades que suportam transversalmente o funcionamento das diversas unidades funcionais, designadamente: as áreas financeira, jurídica, recursos humanos e apoio administrativo.

Tal como referido, anteriormente: a ENSE perspectiva, para além dos órgãos sociais (3 membros do Conselho de Administração, 3 membros do Conselho Fiscal e 1 ROC), um conjunto de 5 técnicos e administrativos de apoio transversal (UAG-Unidade de Administração Geral) às duas unidades acima referidas e que são partilhados pelas diversas áreas sendo, para tal, efetuada uma chave de repartição do seguinte modo: URP: 91,7% e UCP: 8,3%, chave esta aplicada já desde 01/01/2019.

Esta repartição tem como base a estrutura de custos diretos de cada uma das unidades comparativamente com a estrutura de gastos global. A este propósito informa-se que foram equacionados outros critérios para a definição desta chave de repartição no sentido de alocar os gastos transversais à organização de forma proporcional tendo sido cogitados critérios como: horas de trabalho para cada unidade (pouco prático e difícil de contabilizar), proveitos de cada unidade

(pouco adequado porque temos unidades que obtêm fracos rendimentos como a UCP e que utilizam os serviços do gabinete de apoio), espaço ocupado pelos colaboradores do Grupo de Apoio em cada unidade (pouco adequado). Os critérios discutidos revelaram-se pouco adequados ou não práticos pelo que se optou pela estrutura de gastos diretos de cada unidade no gasto total.

Por outro lado, está orçamentado ainda recorrer a um aluguer operacional (leasing ou renting) de uma nova viatura ligeira de passageiros superior 1, 48M ou 200K km de apoio transversal à entidade no valor de 9,2K€ de gasto ano, e de acordo com as alternativas disponíveis pelo Despacho nº 2293-A/2019 que remete para o Decreto Lei nº 170/2008 e a Resolução do Conselho de Ministros nº 106/2019.

E- ORÇAMENTO PARA 2019 - ENSE, E.P.E. - Global

Pressupostos para Orçamento

Pressupostos Macro-Económicos

Pressuposto	2019 Exec	2020
Inflação	1,400	1,400
Euribor 6 Meses + Spread (0,075%)	0,000	0,050
Taxa de Câmbio €/USD	1,089	1,089
IVA Taxa Normal	23,000	23,000
IVA Taxa Reduzida	6,000	6,000
Taxa de Retenção na Fonte	25,000	25,000
Dotação para Fundo Estatutário (% custos)	10,000	10,000
Cotação dos Produtos		
Brent (€/Ton)	403,050	403,050
Gasolina(€/Ton)	543,922	543,922
Gasóleo(€/Ton)	545,989	545,989
Fuel(€/Ton)	333,572	333,572
GPL(€/Ton)	357,700	357,700

Pressupostos Micro-Económicos

Pressuposto	2019 Exec	2020
Remuneração de Aplicações CEDIM	6,780	6,780
Remuneração de Aplicações CEDIC	0,0000	0,0005
Custo de Armazenagem (€/MT/mês)		
Gasolina	2,034	2,034
Gasóleo Normal	1,808	1,808
Gasóleo vácuo	1,927	1,927
Gasóleo Polnato	0,662	0,662
Fuel	1,750	1,750
GPL	6,030	6,030
Crude Galp	2,091	2,091
Crude transição da IVG	0,820	0,820
Custo Tickets (€/MT/mês)		
Gasolina	1,270	1,350
Gasóleo	0,000	0,000
Fuel	1,270	1,350
GPL	0,000	0,000
Crude	1,270	1,350

Os pressupostos macroeconómicos suprarreferidos, também, têm subjacentes os pressupostos macroeconómicos indicados nos IPG.



Na sequência do exposto, discriminam-se, em seguida, os rendimentos e os gastos globais orçamentados para a ENSE, E.P.E. (onde estão agregados os custos de cada unidade: URP e UCP):

1. Demonstração de Resultados - ENSE, E.P.E.

Demonstração de resultados global - Orçamento 2020

Un: K €

ENSE	Real 2018	Estimativa 2019	Orçamento 2020	Previsão 2021	Previsão 2022	Desvio	
						Total	%
Rendimentos e Gastos							
Vendas e serviços prestados	24 265,8	26 159,3	30 183,2	31 358,3	30 999,9	4 023,9	15,4%
Outros rendimentos e ganhos	5 486,4	710,80	442,6	160,2	200,2	-268,2	-37,7%
Total rendimentos operacionais	29 752,2	26 870,1	30 625,9	31 518,5	31 200,2	3 755,7	14,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Subcontratos	-17 107,1	-17 849,7	-22 240,1	-22 468,8	-21 985,5	4 390,4	24,6%
Outros FSE	-2 657,7	-2 167,5	-2 711,8	-2 748,1	-2 780,8	544,3	25,1%
Gastos com pessoal	-1 423,6	-1 598,2	-2 222,9	-2 574,9	-2 574,9	624,7	39,1%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-26 112,7		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-187,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Provisões (aumentos/reduções)	-6,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Fundo Estatutário	-4 519,5	-2 265,4	-2 589,4	-2 674,0	-2 643,5	324,0	14,3%
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Outros gastos e perdas	-421,3	-35,0	-26,9	-27,3	-27,7	-8,1	-23,1%
Total de gastos e perdas operacionais	-52 435,1	-23 915,9	-29 791,1	-30 493,0	-30 012,4	5 875,3	24,6%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-22 682,9	2 954,2	834,7	1 025,5	1 187,8	-2 119,5	-71,7%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-336,3	-411,6	-724,7	-930,5	-1 086,7	313,1	76,1%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-23 019,2	2 542,6	110,0	94,9	101,1	-2 432,6	-95,7%
Juros e gastos similares suportados	-37,4	-37,44	-55,4	-55,4	-55,4	18,0	48,1%
Resultado antes de impostos	-23 056,6	2 505,2	54,6	39,5	45,6	-2 450,6	-97,8%
Impostos sobre o rendimento do período	-329,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Resultado líquido do período	-23 386,3	2 505,2	54,6	39,5	45,6	-2 450,6	-97,8%

A Demonstração de Resultados da ENSE, E.P.E. é uma súmula das contas de exploração das unidades, ou seja, da agregação dos proveitos de cada unidade e dos gastos de cada unidade.

O orçamento para 2020 foi desenvolvido mantendo as premissas definidas nos estatutos, ou seja, a URP continua a apresentar resultados positivos pouco significativos em função do nível de gastos orçamentados e das reservas a ceder aos operadores.

O incremento das quantidades de reservas cedidas aos operadores em função dos atuais pedidos de substituição de pequenos e alguns grandes operadores e o conseqüente aumento previsto para os gastos com a aquisição de tickets nos mercados internacionais, o incremento com o gasto de

armazenagem do crude (a parte proveniente da Alemanha que tinha um custo unitário reduzido) junto da Petrogal, o gasto previsto com a rotação de gasóleo (2 milhões de euros) e o investimento a realizar no DPNL, origina um nível de prestação unitária a pagar pelos operadores obrigados mais alta, de 1,99€/toncoe/mês.

O EBITDA atingirá o montante de +834,7K€, com a contribuição do EBITDA da URP, no valor de 681,7K€ a que se junta o EBITDA da UCP no valor de 153,0K€.

O resultado antes de impostos, ascenderá a +54,6K€, que decorre da soma do RAI da URP de +40,2K€ e o RAI da UCP também positivo de 14,4K€.

Nota 1: Considerando que a URP (ECA - Entidade Central de Armazenagem) foi isenta de IRC em sede de LOE, e que as estimativas de IRC para as restantes unidades são residuais (tributações autónomas), entendeu-se não ser determinante estimar para 2019 e orçamentar para 2020 este imposto já que o seu efeito nos resultados líquidos é reduzido.

Nota 2: No presente orçamento manteve-se a premissa implementada em anos anteriores no que diz respeito ao cálculo das imparidades, ou seja, não se calculou não só qualquer imparidade em inventário como outro tipo de imparidade (por exemplo em dívidas a receber), não obstante os valores contabilizados no relatório e contas de 2018, por se admitir o pagamento das prestações pecuniárias de meses em atraso de operadores incumpridores até final do ano em curso.

Rendimentos

Os rendimentos globais orçamentados para 2020 da ENSE, E.P.E. (30.625,9K€) que incluem prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos, são globalmente constituídos pelos proveitos obtidos por cada unidade, ou seja:

- URP: proveitos orçamentados em 28.838,1K€;
- UCP: proveitos orçamentados em 1.787,7K€;

O desvio favorável dos rendimentos orçamentados para 2020 relativamente ao estimado para 2019 (+3.755,7K€; 14,0%), e relativamente à execução de 2018 (+ 873,7K€), reflete o aumento da prestação que está associada ao incremento dos gastos, o aumento do valor previsto para as coimas a obter no âmbito dos processos de instrução contraordenação e aos rendimentos proveniente dos serviços prestados no âmbito dos biocombustíveis.

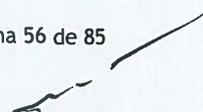
Para os anos seguintes preveem-se rendimentos ligeiramente inferiores a 2020, de 31.518,5K€ para 2021 e 31.200,2K€ para 2022.

Gastos

Os gastos totais da ENSE, E.P.E., presentes neste mapa, foram detalhados no capítulo anterior, em cada uma das unidades.

Neste sentido, resume-se:

- Subcontratos (incluído em FSE's): são custos exclusivos da URP e referem-se a custos com armazenagem das reservas detidas, a custos associado à aquisição de *tickets* e a custos associado ao tratamento do gasóleo do Polnato. O orçamento prevê um aumento 2.390,4K€, expurgando o efeito da rotação prevista de 2,0 milhões de euros, relativamente ao estimado para 2019, devido não só ao aumento com o gasto de armazenagem decorrente do acréscimo do gasto com a renovação do contrato do crude (proveniente da Alemanha) junto da Petrogal, como ao aumento da quantidade de tickets que se prevê ceder aos operadores obrigados para 2020, mesmo admitindo a manutenção do pressuposto (orçamento de 2019) de 1,35€/ton/mês. Para 2020 e 2021 a evolução do gasto relativamente a 2020 decorre do aumento previsto com os custos de armazenagem associado à inflação prevista, mantendo-se o pressuposto para o custo dos tickets; está igualmente previsto a um gasto anual de 1,5 milhões de euros com a rotação tanto para 2021. Em 2022 já não se prevê qualquer gasto com rotação.
- Outros FSE's: O orçamento prevê um aumento de 544,3K€ (+25,1%), que os valores estimados para 2019 cuja diferença se encontra no acréscimo de serviços especializados, entre eles o gasto com a prestação do serviço interno de fiscalização de reservas da ENSE e operadores, e outros relacionados com a contratação de novos colaboradores (comunicações, deslocações, combustível, ferramentas, material escritório entre outros). Para 2021 e 2022 prevê-se um ligeiro acréscimo dos gastos com outros FSE's associados ao incremento com a inflação;
- Gastos com o pessoal: O orçamento de 2020 evidencia uma subida global sobretudo devido à libertação da cláusula travão dos órgãos sociais, à contratação de dois trabalhadores em 2019 (no seguimento da autorização das tutelas e sede de PAO 2020), entrada de outros dois colaboradores em 2019 resultante das vagas por saída originada no ano anterior, e à contratação de colaboradores tanto para a Unidade de Controlo e Prevenção (em maior número) como para a área de serviços transversais contabilizados a partir de julho de 2020. Acresce ainda aumento com a despesas com viaturas, seguros, formação e ajudas de custo. O incremento do gasto com o pessoal nos anos seguintes de 2020 e 2021 tem a ver com o facto de se contabilizarem 14 meses de gasto relativamente aos 7 meses do ano anterior, pressupondo o mesmo número de trabalhadores e cujo orçamento 2020 perspectiva a entrada em julho;
- Os restantes gastos e perdas são composto por taxas, quotizações, pequenas penalidades entre outros pouco representativo no gasto global;



- Amortizações: O orçamento de 2020 evidencia uma subida das amortizações, relativamente ao estimado para 2019 na ordem dos 313,1K € (+76,1%) devido ao programa de investimentos previstos para a URP/Polnato, UCP e UAG, a implementar para os anos de 2020, 2021 e 2022;
- Dotação para o fundo estatutário: face ao incremento do gasto com armazenagem, gasto com a rotação e ao gasto a aquisição de tickets já de si penalizadora para a prestação unitária, optou-se para 2020 por manter, à semelhança do ano anterior o custo em 10% dos custos totais líquidos (total de custos deduzidos dos proveitos financeiros); Em 2021 e 2022 mantem o racional;
- Gastos financeiros: estes custos também são exclusivos da URP e contemplam os custos financeiros com o empréstimo obrigacionista, orçamenta-se, para 2020, um ligeiro aumento do indexante Euribor a 6 meses sobre o qual acresce o spread do empréstimo obrigacionista (0,05%), daí a subida prevista dos juros relativamente ao estimado para 2019 (+18,0K€, +48,1%). Para 2021 e 2022 manteve-se o nível da taxa de juro passiva ao nível de 2020.

O EBITDA previsto para 2020 será positivo de 834,7K€, menos 2.119,5K€ que o valor estimado para 2019 (+2.954,2K€) devido sobretudo ao EBITDA previsto para a URP no valor de 3.506,4K€.

Em 2021 e 2022 a ENSE, E.P.E. prevê o aumento do EBITDA que está ligado ao aumento gradual global dos rendimentos, respetivamente para +1.025,5K€ e +1.187,8K€.

Após as amortizações e juros associados ao empréstimo obrigacionista, o RAI global de 2020 é de +54,6K€, prevendo-se +39,5K€ em 2021 e +45,6K€ em 2022.




2. Balanço - ENSE, E.P.E.

Balanço - Orçamento 2020

Un: K €

RUBRICAS	Real 2018	Estimativa 2019	Orçamento 2020	Previsão 2021	Previsão 2022	Desvio 2020/2019	
						Total	%
ACTIVO							
Activo não corrente							
Activos fixos tangíveis	754,6	1 257,1	2 683,3	3 714,4	4 577,4	1 426,2	113,5%
Activos Intangíveis	233,9	190,2	855,3	507,6	163,9	665,1	
Investimentos detidos até à maturidade	10 473,3	10 473,3	10 131,0	10 131,0	10 131,0	-342,4	-3,3%
Investimentos financeiros	8,5	11,2	14,8	19,0	23,8	3,6	
Subtotal	11 470,3	11 931,8	13 684,3	14 372,0	14 896,1	1 752,5	14,7%
Activo corrente							
Inventários	322 727,4	322 727,4	322 727,4	322 727,4	322 727,4	0,0	0,0%
Clientes	1 629,3	1 119,6	613,3	497,4	824,7	-506,2	-45,2%
Estado e outros entes públicos	173,4	198,8	370,0	2,4	3,6	171,2	86,1%
Outras contas a receber	2 087,0	2 293,9	2 291,0	2 573,0	2 543,2	-2,8	-0,1%
Acréscimo de rendimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Diferimentos	198,5	86,3	84,7	82,3	83,9	-1,6	-1,8%
Activos financeiros detidos para negociação	40 000,0	45 000,0	46 000,0	49 000,0	50 500,0	1 000,0	2,2%
Caixa e depósitos bancários	3 443,3	3 322,2	3 672,7	3 162,8	3 576,8	350,5	10,6%
Subtotal	370 259,0	374 748,1	375 759,2	378 045,4	380 259,6	1 011,1	0,3%
Total do activo	381 729,4	386 680,0	389 443,5	392 417,4	395 155,6	2 764	0,7%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO							
Capital Próprio							
Capital realizado	250,0	250,0	250,0	250,0	250,0	0,0	0,0%
Outras variações de capital próprio	41 563,8	43 829,2	46 418,6	49 092,7	51 736,2	2 589,4	5,9%
Resultados transitados	-2 157,1	-25 543,3	-23 038,2	-22 983,6	-22 944,1	2 505,2	9,8%
Subtotal	39 656,8	18 535,9	23 630,4	26 359,0	29 042,0	5 094,6	27,5%
Resultado líquido do exercício	-23 386,3	2 505,2	54,6	39,5	45,6	-2 450,6	
Total do capital próprio	16 270,5	21 041,1	23 685,0	26 398,5	29 087,6	2 643,9	12,6%
Passivo							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos	359 582,9	359 668,7	359 712,0	359 756,2	359 800,0	43,3	0,0%
Estado e outros entes públicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Subtotal	359 582,9	359 668,7	359 712,0	359 756,2	359 800,0	43,3	0,0%
Passivo corrente							
Financiamentos obtidos	49,4	0,0	0,0	0,0	0,0		
Estado e outros entes públicos	1 083,4	957,2	1 027,8	1 090,2	1 133,0	70,6	7,4%
Fornecedores	352,0	521,9	480,9	512,0	487,8	0,0	-7,8%
Acréscimo de gastos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outras contas a pagar	4 385,2	4 491,1	4 537,8	4 660,5	4 647,2	46,7	1,0%
Provisões	6,0						
Subtotal	5 876,0	5 970,2	6 046,5	6 262,7	6 268,0	76,3	1,3%
Total do Passivo	365 458,9	365 638,9	365 758,5	366 018,9	366 068,0	119,6	0,0%
Total do capital próprio e do passivo	381 729,4	386 680,0	389 443,5	392 417,4	395 155,6	2 764	0,7%

Em termos patrimoniais, pode-se destacar, os principais saldos, no:

o Ativo:

- ✓ O aumento dos ativos tangíveis e intangíveis na estimativa de 2019, no orçamento de 2020, na previsão para 2021 e 2022, deve-se aos investimentos realizados de acordo com o plano de investimentos indicado;

- ✓ Os investimentos detidos até á maturidade são constituídos pelo CEDIM e respetiva especialização de juros até final período de acordo com os valores indicados executados em 2018, estimados para 2019. A aplicação vence a 15 de junho de 2020 pelo que pelo que, para 2021 e 2022 se pressupõe a renovação em CEDIM sem qualquer taxa associada dado a atual conjuntura de taxas negativas (de curto prazo);
- ✓ Os investimentos financeiros referidos têm apenas a ver com o gasto realizado com fundos de compensação obrigatórios desde 2015 para novos contratos individuais de trabalho, o valor acresce todos os anos de acordo com o desconto para esse fundo e conforme previsto para 2018 e 2019. A partir de 2020 acresce a parte das novas contratações sob esta modalidade;
- ✓ O valor do inventário em 2018 incorpora a imparidade contabilizada no final do ano em função das cotações do brent e produtos petrolíferos nos mercados internacionais à data de 28/12/2018. De notar que, por princípio, esta entidade não antecipa em sede de orçamento cenários de perdas por imparidade ou reversões de imparidade dado o carater exógeno e altamente volátil da evolução das cotações pelo que o valor do inventário permanece estanque de 2018 a 2022;
- ✓ O saldo Estado na estimativa para 2019 apresenta um saldo semelhante à execução de 2018 tendo em conta que o IRC de 2018 já estava considerado no saldo inicial de 2019. Para o orçamento de 2020 incorpora o imposto de capital retido das aplicações de 2019 e pressupomos que não serão recebidas. Em 2021 orçamenta-se o recebimento do IRC de dois anos daí a redução do saldo. Em 2022 o saldo da rubrica continua reduzido tendo em conta a aplicação CEDIM não gera rendimento e por isso não existe IRC a recuperar com esta aplicação;
- ✓ O saldo das rubricas de disponibilidades (ativos financeiros detidos para negociação - CEDIC´s e caixa mais depósitos à ordem) evidenciam uma variação positiva de 2018 para 2019 de cerca de 4,9M€ resultado sobretudo do valor a acumular do fundo estatutário e aumento dos rendimentos mais que proporcionalmente relativamente aos gastos. Para os anos de 2020, 2021 e 2022 prevê-se a continuação da subida dos saldos de disponibilidades que derivam do valor contabilizados para o fundo estatutário e que como é sabido, acumula na entidade em conta específica de capital próprio.

- Capital Próprio e Passivo:
 - ✓ No que respeita às rubricas de capital próprio:
 - ✓ observa-se um aumento das outras variações de capital próprio de 2018 para a estimativa de 2019 e desta para o orçamento de 2020, 2021 e 2022 que se deve à especialização anual do montante para o fundo estatutário e que acumula anualmente nesta conta, conforme explicitado;
 - ✓ Os resultados transitados na estimativa para 2019 de -25,5M€ refletem a incorporação do resultado líquido de 2018 (-23,4M€) aumentando desta forma o seu efeito negativo sobre a situação líquida de 2019;
 - ✓ O resultado líquido positivo estimado para 2019 vai beneficiar a situação líquida estimada para 2019, bem como anos seguinte de 2020 a 2022, constatando-se um crescimento da situação líquida destes períodos fundamentalmente fruto do incremento através das outras variações (via fundo estatutário).
 - ✓ O empréstimo obrigacionista apresenta um saldo regular no final do ano de 2019, 2020, 2021 e 2022;
 - ✓ A variação registada no saldo da rubrica Estado em 2019, 2020, 2021 e 2022 acompanha o acréscimo de rendimentos e da contabilização do Iva liquidado;
 - ✓ A variação positiva e crescente nas outras contas a pagar da estimativa de 2019 para o orçamento de 2020, 2021 e 2022 tem a ver com as rubricas de credores diversos onde se encontram a especialização da armazenagem da Petrogal e DPNL e tickets. De referir que se orçamenta a especialização do total de contrapartida anual prevista para o DPNL (cerca de 1,1M€) mas que também se contabiliza o pagamento de cerca de 1 milhão de euros/ano.



3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa

Un: K €

RUBRICAS	Real	Estimativa	Orçamento	Previsão	Previsão	Desvio 2020/2019	
	2018	2019	2020	2021	2022	Total	%
Fluxos de Caixa de atividades operacionais - Método direto							
Recebimentos de Clientes (1100)	29 451,6	32 300,2	37 349,8	37 840,0	37 427,8	5 049,6	15,6%
Pagamentos a Fornecedores (1101)	-19 300,7	-20 039,2	-25 926,4	-25 948,4	-25 315,7	-5 887,2	29,4%
Pagamentos ao Pessoal (1102)	-1 135,5	-1 098,4	-1 482,7	-1 807,0	-1 796,4	-384,3	35,0%
Caixa geradas pelas operações	9 015,5	11 162,6	9 940,7	10 084,5	10 315,8	-1 221,9	-10,9%
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento (1200)	-343,8	-113,5	0,0	367,5	-1,2	-113,5	100,0%
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional	-5 796,3	-5 736,9	-5 618,2	-5 976,4	-6 385,8	-118,7	2,1%
Fluxos das actividades operacionais (1)	2 875,4	5 312,2	4 322,5	4 475,7	3 928,8	-989,7	-18,6%
Fluxos de caixa das actividades de investimento							
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>							
Activos fixos tangíveis (2201)	-585,3	-850,3	-2 240,3	-1 939,0	-1 931,0	-1 390,0	163,5%
Activos Intangíveis (2202)	-93,7	-76,7	-1 223,7	-24,6	-24,6	-1 147,0	1496,3%
Investimentos financeiros (2200)	-2,3	-2,9	-4,7	-5,1	-6,3	-1,7	59,3%
Outros Activos (220-2201-2202-2200)							
<i>Recebimentos provenientes de:</i>							
Activos fixos tangíveis(2101)							
Activos Intangíveis (2102)							
Investimentos financeiros (2100)							
Outros Activos (2106)							
Subsídios ao investimento (2103)							
Juros e rendimentos similares (2104)	513,6	513,6	513,8	0,2	0,2	0,2	0,0%
Dividendos (2105)							
Fluxos das actividades de investimento (2)	-167,7	-416,2	-2 954,8	-1 968,4	-1 961,6	-2 538,5	609,9%
Fluxos de caixa das actividades de financiamento							
<i>Recebimentos provenientes de:</i>							
Financiamentos obtidos (3100)							
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio							
Cobertura de prejuízos (3104)							
Doações (3102)							
Outras operações de financiamento (3102)							
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>							
Financiamentos obtidos (3200)							
Juros e gastos similares (3202)	-17,1	-17,2	-17,2	-17,1	-53,2	-0,1	0,5%
Dividendos (3203)							
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio(3204)							
Outras operações de financiamento (3205)							
Fluxos de actividades de financiamento (3)	-17,1	-17,2	-17,2	-17,1	-53,2	-0,1	0,5%
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	2 690,5	4 878,8	1 350,5	2 490,1	1 914,0	-3 528,3	-72,3%
Efeito do custo amortizado em caixa equivalentes no período	0,0					0,0	
Efeito do custo amortizado em caixa equivalentes no período anterior	0,0					0,0	
Efeitos das diferenças de câmbio	0,0	0,0	0,0			0,0	
Caixa e seus equivalentes no início do período	40 752,8	43 443,3	48 322,2	49 672,7	52 162,8	4 878,8	11,2%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	43 443,3	48 322,2	49 672,7	52 162,8	54 076,8	1 350,5	2,8%

A demonstração de fluxos de tesouraria é explicada da seguinte forma:

- Para a estimativa de 2019 observa-se um aumento, relativamente aos valores executados em 2018, do fluxo gerado pela atividade operacional de cada unidade com especial relevância da URP, inscrito na rubrica de recebimentos de clientes. O fluxo de pagamento a fornecedores também aumentou embora não tanto como os recebimentos, o fluxo de pagamento ao pessoal reduziu devido principalmente recomposição do mapa de pessoal (entradas e saídas). Os fluxos da atividade de investimento contemplam as compras com ativos tangíveis e intangíveis previstos no plano de investimentos e os juros obtidos com aplicações. No que concerne à atividade de financiamento regista-se apenas as comissões associadas ao empréstimo obrigacionista já que não existem juros a pagar. O ano termina com um saldo final acumulado de 48.322,2K€.
- No orçamento de 2020 prevê-se um incremento nos rendimentos recebidos de clientes devido ao acréscimo de faturação tanto da URP como da UCP, relativamente à estimativa de 2019. Também se evidencia um acréscimo do fluxo de pagamentos a fornecedores principalmente devido à despesa da URP com o acréscimo do gasto de armazenagem de crude, da rotação do gasóleo de Polnato e com a aquisição de tickets. O fluxo de pagamento ao pessoal aumenta devido à previsão da contratação de trabalhadores a partir de julho. Apesar de fluxo gerado pela atividade operacional ser positivo, observa-se uma diminuição deste fluxo relativamente à estimativa de 2019. O plano de investimento para as Unidades, previsto para 2020, faz aumentar o fluxo de saída respeitante à atividade de investimento parcialmente compensado pela entrada de juros de aplicações. Em termos de fluxos de financiamento, observam-se os fluxos de saída respeitante aos juros do empréstimo obrigacionista, que ocorrem em dois momentos do ano (06/02 e 06/08). O ano termina com saldo final acumulado de 49.672,7K€;
- A previsão para 2021 evidencia uma da atividade de fluxo operacional acima do orçamento de 2020 por efeito da URP e UCP, sendo que o fluxo das atividades de investimento continua a refletir o investimento a realizar no Polnato e UCP de acordo com o plano. Os fluxos da atividade de financiamento são idênticos ao orçamento de 2019 considerando que se admitiu como pressuposto a mesma taxa de juro. No final o ano termina com um saldo de tesouraria de 52.162,8K€;
- A previsão para 2022 vem estabilizar o fluxo da atividade operacional de 2020. Os fluxos da atividade de investimento seguem o plano de investimentos na URP/Polnato e na UCP. A atividade de financiamento tem um racional um ligeiramente diferente admitindo-se o pagamento diferido de juros especializados em 2020 e 2021 e o saldo de tesouraria de final do período ascende a 54.076,8K€.

4. Plano Plurianual de Investimentos ENSE, E.P.E. (2019-2022)

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS ENSE (2019-2022)						
Identificação	Descrição	2019	2020	2021	2022	Total
URP						
	Comunicações NAUCOM	10 800,00 €	- €	- €	- €	10 800,00 €
	Monitorização Inventários: controlo e monitorização do produto, deteção de fugas	40 459,36 €				40 459,36 €
	Recuperação de edifícios na zona II e III	- €	100 000,00 €	- €	- €	100 000,00 €
	Beneficiação de caixas de válvulas	20 000,00 €	- €	40 000,00 €	- €	60 000,00 €
	Beneficiação da rede de vedação externa	1 400,00 €	420 000,00 €	- €	- €	421 400,00 €
	Revisão do sistema elétrico do DPNL	- €	- €	- €	280 000,00 €	280 000,00 €
	Recuperação da ETAR	- €	- €	- €	50 000,00 €	50 000,00 €
	Reabilitação das infraestruturas	- €	50 000,00 €	- €	- €	50 000,00 €
	Intervenção dos oleodutos no passadiço para o calç da zona I	75 000,00 €	75 000,00 €	- €	- €	150 000,00 €
	Reabilitação da proteção marítima da zona I	128 599,88 €	- €	- €	170 000,00 €	298 599,88 €
	Anel de combate a incêndios na zona II e III	- €	500 000,00 €	880 000,00 €	- €	1 380 000,00 €
	Melhoria no sistema de controlo e alarmística de segurança DPNL	- €	20 000,00 €	- €	- €	20 000,00 €
	Reabilitação e inertização dos oleodutos	175 000,00 €	225 000,00 €	280 000,00 €	550 000,00 €	1 230 000,00 €
	Retificação de válvulas existentes e estudo da implementação de novas válvulas de segurança, assim como a sua monitorização	- €	70 000,00 €	300 000,00 €	450 000,00 €	820 000,00 €
SUB-TOTAL URP		451 259,24 €	1 460 000,00 €	1 500 000,00 €	1 500 000,00 €	4 911 259,24 €

Identificação	Descrição	2019	2020	2021	2022	Total
UAG						
CTIC 3697	Criação do Balcão Único Eletrónico dos combustíveis	- €	140 000,00 €	- €	- €	140 000,00 €
CTIC 4753	Novo Layout Website ENSE	39 000,00 €	- €	- €	- €	39 000,00 €
CTIC 4754	Evolução Balcão Único ENSE	- €	290 000,00 €	- €	- €	290 000,00 €
CTIC 4756	Plataforma Eletrónica para Fiscalização	- €	120 000,00 €	- €	- €	120 000,00 €
CTIC 4757	Novas Funcionalidades Sistema Gestão Automática de Títulos de Biocombustíveis	40 000,00 €	- €	- €	- €	40 000,00 €
CTIC 4758	Criação do Centro de Coordenação Operacional	3 800,00 €	- €	- €	- €	3 800,00 €
CTIC 4759	Automatização de Processos Jurídicos - Sistema Integrado de Contraordenações	42 600,00 €	- €	- €	- €	42 600,00 €
CTIC 4760	Criação de Datacenter "Disaster Recovery"	22 000,00 €	- €	- €	- €	22 000,00 €
	Aquisição controladora wireless para a rede sem-fios	3 000,00 €	- €	- €	- €	3 000,00 €
	Aquisição Switches de rede de fibra ótica para Datacenter	9 000,00 €	- €	- €	- €	9 000,00 €
	Aquisição Material Informático Computadores, Acessórios, Material	25 153,00 €	25 000,00 €	- €	- €	50 153,00 €
	Mobiliário	6 965,92 €	- €	- €	- €	6 965,92 €
	Obras Sede ENSE	72 334,45 €	- €	- €	- €	72 334,45 €
	Aquisição Sistema Vídeo-Conferência	9 168,40 €	- €	- €	- €	9 168,40 €
	Aquisição Sistema Vídeo-Vigilância	3 000,00 €	- €	- €	- €	3 000,00 €
	Aquisição Equipamento Rede Sede e Polnato	9 600,00 €	- €	- €	- €	9 600,00 €
	Aquisição Equipamento Firewall redundante segundo fornecedor	- €	25 000,00 €	- €	- €	25 000,00 €
	Remodelação Datacenter paredes corta-fogo	- €	7 000,00 €	- €	- €	7 000,00 €
	Desenvolvimento de integração SNC-IFR, SNC-AP no sistema ERP SINGAP	- €	250 000,00 €	- €	- €	250 000,00 €
	Desenvolvimento novas funcionalidades aplicação gestão documental, de modo a adaptar os novos estatutos da ENSE	- €	50 000,00 €	- €	- €	50 000,00 €
	Integração dos vários sistemas informáticos da ENSE, nomeadamente Balcão Único, Fiscalização, Gestão Documental e Contraordenações	- €	120 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	160 000,00 €
SUB-TOTAL UAG		285 621,77 €	1 027 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	1 352 621,77 €

Identificação	Descrição	2019	2020	2021	2022	Total
DPP						
	Aquisição de viatura especial a transformar	61 951,23 €	60 000,00 €	- €	- €	121 951,23 €
	Equip. Metroológico - Equipamento de GPL	3 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	12 000,00 €
	Equip. Metroológico - Equipamento de Medição de Líquidos	4 000,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	16 000,00 €
	Equip. de Fiscalização - Equipamento de segurança ATEX (Camera de deteção de gases - GPL)	- €	150 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	170 000,00 €
	Equip. de Fiscalização - Outros	1 121,00 €	17 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	28 121,00 €
	Instalação equipamento GPL e garrafas de azoto em viatura	6 000,00 €	6 000,00 €	6 000,00 €	6 000,00 €	24 000,00 €
	Mobiliário	2 686,80 €	- €	- €	- €	2 686,80 €
	EPI - Aparelho Respiratório	4 330,20 €	- €	- €	- €	4 330,20 €
	Ferramentas - Caixas de transporte	760,14 €	- €	- €	- €	760,14 €
	Ferramentas - Outras	1 003,13 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	4 003,13 €
SUB-TOTAL DPP		84 852,50 €	241 000,00 €	29 000,00 €	29 000,00 €	383 852,50 €

Identificação	Descrição	2019	2020	2021	2022	Total
DEER						
	Equip. Fiscalização - Equipamento Autónomo de Inspeção de Linhas de Tensão	- €	25 000,00 €	25 000,00 €	25 000,00 €	75 000,00 €
	Equip. Fiscalização - Equipamento de Análise da Qualidade da Energia	- €	15 000,00 €	15 000,00 €	7 000,00 €	37 000,00 €
	Equip. Metroológico - Medição de distâncias cabos elétricos	4 000,00 €	4 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	12 000,00 €
	Equip. Metroológico - Medição de campos elétricos em linhas aéreas	4 000,00 €	4 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	12 000,00 €
	Equip. Metroológico - Medição de campos magnéticos	6 000,00 €	6 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	18 000,00 €
	Equip. Metroológico - Multimetros com medição de "terras"	2 000,00 €	2 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	6 000,00 €
	Ferramentas - Outras	- €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	3 000,00 €
SUB-TOTAL DEER		16 000,00 €	57 000,00 €	49 000,00 €	41 000,00 €	163 000,00 €

Identificação	Descrição	2019	2020	2021	2022	Total
DB						
	Equip. Metroológico - Sondas	- €	10 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	20 000,00 €
	Ferramentas - Caixas de transporte	380,07 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	3 380,07 €
	Ferramentas - Outras	1 003,13 €	10 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	21 003,13 €
SUB-TOTAL DB		1 383,20 €	21 000,00 €	11 000,00 €	11 000,00 €	44 383,20 €

Identificação	Descrição	2019	2020	2021	2022	Total
DGN						
	Ferramentas - Outras	- €	10 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	20 000,00 €
SUB-TOTAL DGN		- €	10 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	20 000,00 €

SUB-TOTAL UCP 102 235,70 € 329 000,00 € 94 000,00 € 86 000,00 € 611 235,70 €

TOTAL GLOBAL 839 116,71 € 2 816 000,00 € 1 614 000,00 € 1 606 000,00 € 6 875 116,71 €

4.1 Plano de Investimentos nas Instalações da PolNATO (DPNL)

A gestão da armazenagem das reservas de emergência da República nas instalações da PolNATO, e dada a localização geográfica dessas instalações, continua a implicar uma especial atenção às questões de segurança (física) das instalações e das reservas, o que, por si só, justifica os investimentos que de seguida se ensaiam.

A acrescer a este enquadramento jurídico das competências cometidas à ENSE, E.P.E., deve referir-se a necessidade de continuar a efetuar um programa de investimentos estratégicos nas instalações do Depósito PolNATO cedidas à ENMC conforme despacho-conjunto nº4650/2016, de 23 de março, do Senhor Secretário de Estado da Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional.

Nesse âmbito, deve referir-se que, conforme anexo II ao Despacho de Retificação nº 524/2016 do mencionado Despacho-Conjunto, é indicado um plano de investimentos a executar no prazo de cedência, pelo que a ENSE, E.P.E. já iniciou o mesmo em 2017, discriminando-se a seguir as intervenções a realizar. Este plano tem sido objeto de correção e revisão, à medida que tem sido desenvolvido, com apoio de uma entidade externa, um levantamento exaustivo da situação das instalações e das necessidades de intervenção e investimento para adaptar a sua realidade para os níveis mais exigentes do setor.

4.1.1. Plano de Investimentos em 2019 no DPNL

Em 2019 foram continuados alguns dos investimentos previstos e iniciados em 2018:

a) **Monitorização inventários: controlo e monitorização do produto, deteção de fugas**

Foi finalizada a Implementação de um sistema atualizado, com capacidade de telegestão dos diversos tanques de armazenagem, permitindo melhorar toda a gestão e monitorização dos produtos, e assegurar a prevenção, deteção e minimização de situações anómalas à sua correta armazenagem (deteção fugas, movimentações, furtos, etc.).

Custo Total do Projeto: **407.197,58€+IVA.** (40 459,36€+IVA gastos já em 2019)

b) **Reabilitação de tanques (e oleodutos) - Despesa do exercício**

A implementação das correções identificadas na inspeção e verificação meteorológica, e no relatório de correções aos tanques 2.4 e 2.5, realizado pela Bureau Veritas, viabilizará a utilização no futuro destes dois tanques com capacidade total de 800 m³. Esta atividade começou apenas desenvolvida em 2019, tendo sido já investidos 71.977,50€, prevendo-se ainda gastar ainda mais **63.022,50€** em consequência de uma reparação estrutural do teto do tanque 2.5.



c) Beneficiação das válvulas de retenção do DPNL

A intervenção prevista no plano plurianual de melhoramentos na Polnato visou melhorar as condições do sistema de válvulas de retenção da Polnato, tendo para tal sido instaladas 8 novas válvulas pelo valor total de **19.446,53€+IVA**.

d) Beneficiação/Substituição/Reparação da Rede de Vedação Externa nas zonas 1,2 e 3 do DPNL

As instalações do DPNL estão muito expostas a fatores externos que obrigam a uma permanente intervenção com vista a assegurar que as suas redes de vedação externa sejam repostas nas condições devidas de segurança. Embora a rede de proteção externa das zonas I, II e III tenha vindo a ser intervencionada pontualmente, o facto é que atualmente os postes de suporte da rede, na sua maioria, se encontram com uma velocidade de degradação cada vez maior. São raros os postes que não tenham a armação à vista e em muitos casos já há blocos de alvenaria, partes constituintes dos postes, pendurados pelo arame da rede. Durante o ano de 2019, foi efetuada uma reparação parcial de parte da vedação da zona III que consubstanciou um volume de investimento de **1.400€+IVA**, estando a ser preparado um projeto integrado para uma substituição mais estrutural do sistema de vedações das 3 zonas do DPNL.

e) Intervenção de Urgência para a defesa ribeirinha da zona 1 do DPNL

A força das marés na foz do estuário do Tejo e as condições climatéricas adversas nos períodos de marés vivas, levaram a uma degradação da muralha de pedra existente na zona 1 do DPNL, tendo sido feito um projeto de intervenção que procura assegurar uma resposta urgente, mas resiliente que permita defender as instalações de futuras intempéries. A intervenção está em curso e envolve um investimento global de **128.599,88€+IVA**.

f) Intervenção dos oleodutos no passadiço do cais da zona 1

Tendo sido identificado no cais da zona 1, e que se encontra neste momento desativado, um conjunto de elementos degradados que poderiam colocar em causa a segurança do espaço envolvente, foram planeados e orçamentados, os procedimentos para a sua remoção em segurança, estando esse esforço estimado em cerca de **75.000€+IVA**. (a aguardar calendarização).

g) Reabilitação e Inertização de Oleodutos

No decurso da verificação das infraestruturas, nomeadamente oleodutos e todo o seu sistema de válvulas e soluções operacionais, está a ser ultimada a operação de reabilitação e inertização das linhas que ligam a zona II até ao Portinho da Costa, estimando-se um investimento inicial de **225.000€+IVA**.



Análise custo-benefício do ano de 2019

Receitas de 90% das Existências com a Prestação a 1,81€ (na POLNATO)		125 632,389	133 798,494	242 175,27 €	2 906 103,29 €
2 906 103,29	Receitas Reservas				
390 000,00	Custos com Rendas				
834 703,81	Despesas de manutenção				
611 541,12	Investimentos				
1 069 858,36	cash-flow com o Investimento previsto 2019				
Projetos Investimento		Custos POLNATO 2019 (PAO)		Custo Total 2019	
1	40 459,36 Monitorização	390 000,00	Armazenagem		1 836 244,93
2	135 000,00 Reabilitação de Tanques	399 996,00	BU		
3	10 800,00 Comunicações	91 548,12	Auditor e Consultor Externo		
4	250 000,00 Operação nas Linhas e Válvulas	60 000,00	Eletricidade		
5	13 035,00 Anel de Incêndios	4 980,00	Água		
6	162 246,76 Intervenção nas Instalações	55 688,00	Limpeza+Desmatção		
	611 541,12	124 800,00	Segurança		
		97 691,69	Seguros		
		1 224 703,81			
a 25 anos					
2 906 103,29	72 652 582,22	Receitas			
1 224 703,81	30 617 595,25	Despesas Fixas			
600 000,00	15 000 000,00	Investimentos			
	15 000 000,00	Amortizações			
	60 617 595,25	Custos			
	4,79%	TIR			
No ano					
	2 906 103,29 €	Receitas			
	1 224 703,81	Despesas Fixas			
	611 541,12	Investimentos			

4.1.2. Plano de Investimentos em 2020 no DPNL

a) Melhoria no Sistema de Controlo e Alarmística de Segurança do DPNL

No quadro do conjunto de investimentos na melhoria dos sistemas de segurança, está projetada a concretização de mais alguns investimentos dos mecanismos de deteção de incêndios e de monitorização de segurança das instalações do DPNL, com um custo estimado para 2020 de **20.000€+IVA**.

b) Anel de combate a incêndios na zona 2 e 3 do DPNL

Desde o início do processo de concessão do DPNL à ENMC foi identificado como uma das principais carências operacionais, o facto da atual rede de combate a incêndios não cumprir as atuais normas de segurança, tendo por isso sido desenvolvido o projeto de um novo anel de combate a incêndios para as 2 zonas de armazenagem do DPNL, estando essa empreitada a ser preparada para ser executada entre 2020 e 2021, com um custo estimado para 2020 de **486.965,00€+IVA**.

c) Retirada do Produto, Retificação de válvulas existentes e estudo da implementação de novas válvulas de segurança, assim como da sua monitorização com Reabilitação e Inertização de tubagens

O DPNL possui mais de 200 válvulas, filtros e conexões. A maioria está em operação e retém o produto que se encontra armazenado no DPNL. Muitas destas válvulas e demais equipamentos evidenciam percas de combustível, através de pequenas babas de produto. Sendo uma situação menor, será



necessária uma análise da sua estanquidade e em caso de necessidade, efetuar, se não a substituição, a sua retificação.

Face a um aumento previsível do número das operações, de retirada e movimentação de produto, e a necessidade de melhoramento das instalações, e da forma como as mesmas operações são realizadas para corresponderem ao que serão as melhores práticas no setor e legislação e normativos em vigor aplicáveis às instalações, prevê-se a realização da implementação faseada de um sistema de “válvulas-chave” de segurança, cuja operação e atuação, poderá ser feita de forma automática e controlada remotamente (em oposição ao sistema geral existente, com as manobras realizadas manualmente). Este projeto tem uma vertente de segurança e de controlo da armazenagem, permitindo, em qualquer momento, saber que válvulas estão abertas ou fechadas, ou alertar para a eventualidade da atuação duma válvula, por ação externa, ou interna, durante uma operação, monitorizando-se assim a circulação de combustível. Os custos previstos são de **295.000€+IVA**.

d) Operacionalização do Parque: procedimentos e operações - Despesa do exercício

Continuação de apoio externo para levantamento e análise das infraestruturas existentes e das operações necessárias, para a definição e criação de um manual de operações do Parque, bem como finalize o conjunto de investimentos a desenvolver, validando-se assim os processos atuais face ao que serão as melhores práticas e legislação aplicável nos dias de hoje, e que não estão necessariamente garantidas pelas práticas correntes nas instalações (que serão as que sempre existiram no passado, e de acordo com o que era a anterior gestão do Parque). (Investimento estimado em **75.000€+IVA**).

e) Beneficiação da rede de vedação externa

As instalações do DPNL entraram em funcionamento na década de 60 do século passado, sendo que muitas das infraestruturas tiveram muito pouca manutenção ao longo dos anos. Um exemplo disso mesmo é o sistema de vedações das 3 zonas que necessitam de ser objeto de um investimento mais estrutural sobre o sistema de vedações num esforço estimado em **420.000€+IVA**.

f) Intervenção dos oleodutos no passadiço para o cais da zona I

Tendo sido detetado que os oleodutos na zona 1 do DPNL estão em avançado estado de degradação, e não estando neste momento operacional este cais pois a Polnato utiliza preferencialmente o cais do Portinho da Costa para transfega dos produtos, orçamentou-se o seu desmantelamento para que não se mantenham algumas condições de insegurança que a sua degradação acrescenta, tendo sido estimado um investimento em 2020 de **75.000€+IVA**.



g) Reabilitação de edifícios na zona II e III e outras infraestruturas

Dando continuidade ao plano plurianual de investimento para a melhoria das instalações, e tendo em conta que, em geral todas as infraestruturas do DPNL estão a carecer de intervenção ao nível de reabilitação, reparações e pinturas de edifícios, prevê-se que em 2019 seja cabimentado **150.000€+IVA**.

h) Imagem Institucional da ENSE, E.P.E. - Despesa do exercício

Tendo a antiga ENMC dado origem à ENSE, E.P.E., com um conjunto mais alargado de competências de fiscalização e supervisão sobre todo o setor energético português, importa dar a conhecer melhor a nova estrutura funcional desta entidade pública empresarial através transformação da imagem institucional para ser divulgado no site, demais redes sociais e em apresentações públicas em que estejamos presentes. O investimento estimado será de **25.000€+IVA**.

Análise custo-benefício do ano de 2020

	Qtd (toneladas)	Qtd (ton.coe)	Receitas Mensais	Receita Anual
Receitas de 90% das Existências com a Prestação a 1,81€ (na POLNATO)	125 632,389	133 798,494	242 175,27 €	2 906 103,29 €
2 906 103,29 Receitas Reservas				
390 000,00 Custos com Rendas				
844 578,05 Despesas de manutenção				
1 521 965,00 Investimentos				
149 560,24 cash-flow com o Investimento previsto 2020				
Projetos Investimento	Custos POLNATO 2020 (PAO)		Custo Total 2020	
1 225 000,00 Recuperação de Edifícios e Infraestruturas	390 000,00	Armacenagem	2 756 543,05	
2 420 000,00 Beneficiação de Redes de Vedação	399 996,00	Bright Utopia		
3 75 000,00 Operação do Parque	91 548,12	Auditor e Consultor Externo		
4 225 000,00 Reabilitação e Inertização Oleodutos	60 840,00	Eletricidade		
5 486 965,00 Anel de Incêndios	5 049,72	Água		
6 90 000,00 Intervenção nas Instalações	61 537,63	Limpeza+Desmatação		
1 521 965,00	126 547,20	Segurança		
	99 059,37	Seguros		
	1 234 578,05			
a 25 anos				
2 906 103,29	72 652 582,22	Receitas		
1 234 578,05	30 864 451,14	Despesas Fixas		
600 000,00	15 000 000,00	Investimentos		
	15 000 000,00	Amortizações		
	60 864 451,14	Custos		
	4,77% TIR			
No ano				
	2 906 103,29 €	Receitas		
	1 234 578,05	Despesas Fixas		
	1 521 965,00	Investimentos		



4.2 Plano de Investimentos TIC'S

Identificação	Descrição	2019	2020	2021	2022	Total
UAG - DSI						
CTIC 3697	Criação do Balcão Único Eletrónico dos Combustíveis	- €	140 000,00 €	- €	- €	140 000,00 €
CTIC 4753	Novo Layout Website ENSE	39 000,00 €	- €	- €	- €	39 000,00 €
CTIC 4754	Evolução Balcão Único ENSE	- €	290 000,00 €	- €	- €	290 000,00 €
CTIC 4756	Plataforma Eletrónica para Fiscalização	- €	120 000,00 €	- €	- €	120 000,00 €
CTIC 4757	Novas Funcionalidades Sistema Gestão Automática de Títulos de Biocombustíveis	40 000,00 €	- €	- €	- €	40 000,00 €
CTIC 4758	Criação do Centro de Coordenação Operacional	3 800,00 €	- €	- €	- €	3 800,00 €
CTIC 4759	Automatização de Processos Jurídicos - Sistema Integrado de Contraordenações	42 600,00 €	- €	- €	- €	42 600,00 €
CTIC 4760	Criação de Datacenter "Disaster Recovery"	22 000,00 €	- €	- €	- €	22 000,00 €
	Aquisição controladora wireless para a rede sem-fios	3 000,00 €	- €	- €	- €	3 000,00 €
	Aquisição Switchs de rede de fibra ótica para Datacenter	9 000,00 €	- €	- €	- €	9 000,00 €
	Aquisição Material Informático Computadores, Acessórios, Material	25 153,00 €	25 000,00 €	- €	- €	50 153,00 €
	Aquisição Sistema Vídeo-Conferência	9 168,40 €	- €	- €	- €	9 168,40 €
	Aquisição Sistema Vídeo-Vigilância	3 000,00 €	- €	- €	- €	3 000,00 €
	Aquisição Equipamento Rede Sede e Polnato	9 600,00 €	- €	- €	- €	9 600,00 €
	Aquisição Equipamento Firewall redundante segundo fornecedor	- €	25 000,00 €	- €	- €	25 000,00 €
	Remodelação Datacenter paredes corta-fogo	- €	7 000,00 €	- €	- €	7 000,00 €
	Desenvolvimento de integração SNC-IFR, SNC-AP no sistema ERP SINGAP	- €	250 000,00 €	- €	- €	250 000,00 €
	Desenvolvimento novas funcionalidades aplicação gestão documental	- €	50 000,00 €	- €	- €	50 000,00 €
	Integração sistemas informáticos da ENSE: Balcão Único, Fiscalização, Gest. Documental e Contraord.	- €	120 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	160 000,00 €
SUB-TOTAL UAG - DSI		206 321,40 €	1 027 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	1 273 321,40 €

Os projetos: CTIC 3697, CTIC 4756 e “Desenvolvimento de integração SNC-IFRS, SNC-AP no sistema ERP SINGAP”, transitaram do ano de 2019 para 2020, destinam-se a efetuar uma transformação digital em diversas unidades orgânicas da ENSE, E.P.E., automatizando e rentabilizando ao máximo os escassos recursos humanos da ENSE, E.P.E..

O projeto, “Desenvolvimento novas funcionalidades aplicação gestão documental”, vai permitir adaptar as novas competências e estatutos da ENSE, E.P.E. ao sistema informático de Gestão Documental. Este projeto tem como objetivo introduzir um conjunto de melhorias que venham a ter impacto ao nível dos seus processos de trabalho, e na relação com todos os intervenientes das várias unidades orgânicas, assente numa arquitetura tecnológica robusta e com futuro.

O projeto, “Integração sistemas informáticos da ENSE: Balcão Único, Fiscalização, Gestão Documental e Contraordenações”, consiste na criação do Modulo REPA na aplicação interna Balcão Único da Energia, desenvolvendo um tronco comum, através de “WebServices”, de modo a disponibilizar dados às aplicações internas da ENSE, E.P.E., evitando que todas possuam dados desatualizados. Com este projeto pretende-se, igualmente, desenvolver o mapa REPA, e garantir que todos os dados existentes tenham uma estrutura única em qualquer sistema de informação da ENSE, E.P.E., só assim permitindo que todos os “dashboards” tenham informação fidedigna e única, potenciando obter dados consolidados na área de Reservas e Fiscalização.

Este projeto, revela, ainda, grande utilidade, no sentido de efetuar as respetivas integrações entre os diversos sistemas informáticos residentes na ENSE, E.P.E., de modo a otimizar e evitar a duplicação de registo em diferentes plataformas internas.



5. Plano de Financiamento - ENSE, E.P.E.

Tal como no orçamento do ano anterior, não se prevê o aumento do endividamento da empresa nos próximos exercícios.

O empréstimo obrigacionista não contempla amortizações periódicas e terá que ser integralmente liquidado no final do contrato - bullet (2028), ou renegociados nos seus pressupostos:

Plano de Financiamento

Empréstimo Obrigacionista (€)	2018	2019	2020	2021	2022
Capital de Dívida (Inicial)	360 000 000,00	360 000 000,00	360 000 000,00	360 000 000,00	360 000 000,00

Indicadores

(M€)

INDICADORES / ANOS	2018	Est 2019	2020
ESTRUTURA ACCIONISTA			
Total capital social M€	0,25	0,25	0,25
Cap social detido Estado	100,00	100,00	100,00
SITUAÇÃO PATRIMONIAL M€			
Activo circulante (corrente)	370,26	374,75	375,76
Activo fixo (não corrente)	11,47	11,93	13,68
Total activo	381,73	386,68	389,44
Capital próprio	16,27	21,04	23,69
Interesses minoritários			
Passivo	365,46	365,64	365,76
Total CP+Int Min+Passivo	381,73	386,68	389,44
ACTIVIDADE ECONÓMICA			
Resultado operacional	-23,02	2,54	0,11
Amortizações + Provisões	0,53	0,41	0,72
Resultado líquido	-23,39	2,51	0,05
EBITDA	-22,68	2,95	0,83
Vol negócios	24,27	26,16	30,18
Custos c/ pessoal	1,42	1,60	2,22
Nº trabalhadores	28	32	48
SITUAÇÃO FINANCEIRA			
Fluxos das actividades operacionais	2,88	5,31	4,32
Fluxos das actividades de investimento	-0,17	-0,42	-2,95
Fluxos das actividades de financiamento	0,01	-0,02	-0,02
Liquidez geral (sem reservas)	8,34	8,71	8,77
RÁCIOS DE ESTRUTURA			
Autonomia financeira %	4,3%	5,4%	6,1%
Solvabilidade %	4,5%	5,8%	6,5%
Endividamento %	101,62%	101,66%	101,68%
OUTROS INDICADORES			
Custo médio ponderado dos capitais %	0,01%	0,01%	0,02%
Prazo médio de recebimentos (dias)	39	38	28
Prazo médio de pagamentos (dias)	7	10	7

O quadro acima sintetiza os principais indicadores de atividade da ENSE, E.P.E..

Voltamos a insistir que o crescimento do EBITDA1 não deve ser utilizado como medida da eficiência económica, considerando a natureza dos gastos e proveitos.

Neste aspeto se em algum momento existirem imparidades associadas a perdas sobre inventário ou reversões o EBITDA apresentar-se negativo ou positivo (é o caso da reversão da imparidade contabilizada no ano de 2017 e a reversão estimada para final de 2018). Ora o lançamento das imparidades depende da evolução das cotações do petróleo e derivados nos mercados internacionais o que constitui uma variável exógena, não tendo por isso a ENSE, E.P.E. qualquer capacidade de intervenção.

Na análise do indicador Peso dos Gastos no Quadro PRC voltamos a abordar esta temática.

Estima-se obter um EBITDA para o final do ano de 2019 e para o orçamento de 2020.

O prazo médio de pagamento previsto para 2020 é de sete dias, um pouco superior ao estimado para 2019 em torno dos 10 dias.

Desde a antiga EGREP não foram traçados para o setor nem para a entidade indicadores operacionais e financeiros adequados à avaliação de orçamento.

A este propósito relembra-se que na ausência de objetivos de desempenho foi na altura proposto às tutelas um conjunto de indicadores que se indicam e aos quais as tutelas não deram o seguimento mas que se tem mantido para os anos seguintes e constam da execução dos Relatórios e Contas até à data.

Os indicadores propostos para o exercício de 2010 foram os seguintes, sendo que atualmente grande parte destes não têm aplicabilidade ao novo figurino da ENSE:

Área de atuação	Indicadores propostos	2010
EFICIÊNCIA	Variação dos gastos de pessoal	0%
	Evolução do custo unitário de armazenagem (1)	0%
	Custo unitário de armazenagem / custo da alternativa base (2)	66%
	Custo unitário total/custo unitário total da alternativa base (3)	60%
	Variação dos gastos de estrutura	0%
	Gasto líquido do financiamento	4,68%
Prazo médio de pagamentos a fornecedores	PMP	0

¹ Para avaliação do desempenho da ENSE não faz sentido utilizar este indicador, considerando que a ENSE orçamenta resultados tendencialmente nulos, ou seja, a ENSE, via URP, só pode estimar proveitos que cubram *quantum satis* os seus custos de manutenção da atividade já que estes são suportados, integralmente, pelos operadores petrolíferos não existindo desta forma qualquer transferência oriunda do Orçamento de Estado.

Custo de aquisição das reservas/dívida	Reservas a custo de aquisição / dívida	97%
EFICÁCIA	Grau de cumprimento do nível de reservas exigido	100%
Reservas (*) em substituição dos operadores (dias de consumo)	Gasolinas	14
	Gasóleos	5
	Fuelóleos	30
	GPL	5

(*) A partir de 2014 passaram a existir somente 3 categorias: Gasolina - A; Gasóleo - B; Outros - C (Fuelóleos e GPL)

Os seguintes indicadores atualmente apenas dizem respeito à Unidade de Reservas Petrolíferas:

- (1) *Evolução do custo unitário de armazenagem (€/TON): relaciona o custo unitário do ano com o custo unitário do ano anterior. Numerador: custo unitário de armazenagem do ano sobre reservas médias. Denominador: custo unitário de armazenagem do ano anterior sobre reservas médias do ano anterior.*
- (2) *Custo unitário de armazenagem / custo da alternativa base: relaciona o custo unitário de armazenagem da ENSE versus o custo unitário de armazenagem dos produtos tendo como base os custos unitários de armazenagem na Galp. Numerador: custo total de armazenagem expurgando tickets e adicionando seguro de reservas. Denominador: Reservas médias da ENSE multiplicado pelo custo unitário médio do ano na Galp.*
- (3) *Custo unitário total / custo unitário total da alternativa base: relaciona custos totais (incluindo amortizações e o custo financeiro) com o custo total da alternativa base: a Galp. Numerador: custos totais que incluem as amortizações e o custo financeiro. Denominador: custo total de armazenagem das reservas tendo a base Galp mais custo de capital das reservas tendo a base Galp.*

PRC - Plano de Redução de Custos

Un: (euros)

PRC	Previsão	Estimativa	Execução	Var. 2020/2019	
	2020	2019	2018	Valor	%
(1) CMVC	0,00	0,00	0,00	0,00	
(2) FSE	24 951 897,51	20 017 255,26	19 764 849,89	4 934 642,25	25%
(3) Gastos com pessoal	2 222 906,59	1 598 236,88	1 423 569,75	624 669,71	39%
Indemnizações por rescisão	0,00	0,00	0,00	0,00	
Valorizações Remuneratórias	45 600,00	34 628,41	16 840,00	10 971,59	
(4) Gastos Operacionais (a) = (1) + (2) + (3)	27 174 804,10	21 615 492,14	21 188 419,64	5 559 311,96	26%
(5) Volume de Negócios (VN)	30 183 240,48	26 159 309,73	24 265 842,62	4 023 930,75	15%
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indemnizações compensatórias	0,00	0,00	0,00	0,00	
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	0,90	0,83	0,87	0,07	9%
(7) Deslocações e alojamentos	60 206,39	16 927,75	20 315,49	43 278,64	256%
(8) Ajudas de custo	26 650,00	16 531,49	17 639,77	10 118,51	61%
(9) Gastos com a frota automóvel (a)	145 596,68	58 373,95	77 394,82	87 222,73	149%
(7) + (8) + (9)	232 453,07	91 833,19	115 350,08	140 619,88	153%
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	807 846,57	680 741,71	172 407,00	127 104,86	19%

(a) Os gastos associados à frota automóvel deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos

6 Plano de Redução de Custos - ENSE, E.P.E.

A partir do momento em que esta entidade é redenominada e reestruturada através do DL nº 69/2018 de 1 de setembro, em que vê reforçado o quadro de competências em atividades de fiscalização que para além dos combustíveis e biocombustíveis, abrange também as áreas de eletricidade, gás natural e renováveis, torna-se imperativo munir-se das condições necessárias para a sua implementação. Desta forma o recurso à contratação de recursos humanos especializados, viaturas comerciais/ligeiros, equipamento, fornecimento e serviços externos que incluem comunicações, deslocações, combustíveis, reparações, seguros, deslocações, ajudas de custo, formação entre outras, reveste-se de particular premência. Tal significando, atento o que vem dito, que esta entidade pública está, ainda, em fase de reestruturação, o que a coloca em situação excecional em termos de redução de custos operacionais, pois que esta reestruturação importa, necessariamente, a existência de (novos) investimentos ao nível dos meios operacionais, sob pena incumprir os estatutos e os respetivos normativos legais que sustentam as novas valências.



CMVC

Não se prevê qualquer valor de CMVC na medida em que não estão previstas operações de venda de inventário.

FSE

Considerando a política de investimentos que está a ser desenvolvida designadamente na recuperação das instalações do Polnato, o tratamento do gasóleo e a aquisição de *tickets* para acomodar as reservas globais a ceder a operadores em regime de concorrência, os gastos com os subcontratos previstos no orçamento de 2020 sofrem um aumento considerável face à estimativa para 2019.

De facto o orçamento de 2020 prevê um aumento do gasto com a armazenagem de crude (proveniente da Alemanha), devido ao aumento do custo unitário previsto no contrato de renovação com a Petrogal, prevê um aumento do gasto com a aquisição de *tickets* resultado do aumento das quantidades de reservas previstas ceder aos operadores, o serviço de fiscalização de reservas a empreender junto da ENSE e dos operadores e o montante previsto com a rotação de gasóleo a efetuar no DPNL que se orçamenta em 2,0 milhões de euros.

Na área de FSE's, a evolução da estimativa para 2019 relativamente à execução de 2018 reflete o incremento do gasto com subcontratos, designadamente com a aquisição de *tickets*, passou de um custo médio de 1,23€/ton/mês para o 1,27€/ton/mês previstos a par do incremento da quantidade de reservas cedidas a operadores.

Relembramos que a aquisição de *tickets* é uma variável exógena não tendo a ENSE, E.P.E. qualquer capacidade de intervenção.

Para além deste gasto que se cinge à Unidade de Reservas (URP), tem que ser acrescentado todo o gasto com outros FSE's, no seguimento da contratação de pessoal especializado, formação, seguros, conforme descrito acima.

Os gastos com estudos, pareceres, consultoria, aparecem como trabalhos especializados a realizar no Polnato, honorários (prestadores de serviços e advogados), gastos especializados com serviços de desenvolvimento de ferramentas informáticas não só de apoio à Unidade de Controlo e Prevenção com à Unidade transversal, a Unidade de Administração Geral.

Gastos com o Pessoal

Os gastos com esta rubrica estão ligados à necessidade premente de contratação de pessoal não só para a área de fiscalização (Unidade de Controlo e Prevenção) como para a área transversal (a Unidade da Administração Geral).

Neste sentido para 2020 o quadro deverá ser reforçado com 11 técnicos especializados para a Unidade de fiscalização e mais 5 técnicos de apoio transversal num total de 16 trabalhadores.

Comparando os valores executados de gastos com o pessoal em 2018 constatamos que aumenta de 1.423,6K€ para 1.598,2K€, que reflete a entrada de quatro trabalhadores em 2019, dois que vêm

colmatar idênticas saídas em anos anteriores, e mais dois novos aprovados pelas tutelas no âmbito do PAO de 2019.

No que respeita ao orçamento para 2020, e relativamente à estimativa para 2019, os gastos com o pessoal passam de 1.598,2K€ para 2.222,9K€, considerando aquela contratação prevista para 2020 a partir de julho.

De referir que as valorizações remuneratórias indicadas em 2018 e estimado para 2019 dizem respeito aos órgãos sociais. As valorizações remuneratórias para 2020 dizem apenas respeito ao que se orçamenta para o quadro de Pessoal já que os vencimentos se mantêm estagnados em alguns casos há mais de 8 anos.

As reposições de remuneração para os órgãos sociais terminam em dezembro de 2019.

Volume de negócios

O volume de negócios aumenta de 2018 para a estimativa de 2019 devido sobretudo não só ao aumento da prestação unitária de 1,74€/toncoe/mês para 1,81€/toncoe/mês como à subida da quantidade de reservas cedidas aos operadores.

O incremento do volume de negócios previsto para 2020 relativamente à estimativa para 2019 no montante de cerca de 4 milhões de euros resulta do incremento da faturação e da subida da prestação unitária para 1,99€/toncoe/mês, explicadas pelo aumento dos gastos na URP (armazenagem + tickets + rotação gasóleo), e do incremento dos rendimentos previstos para a Unidade de Controlo e Prevenção principalmente através de serviços prestados do âmbito dos biocombustíveis e serviços internos de fiscalização de reservas da ENSE e dos operadores obrigados.

Peso no Gastos

O peso dos gastos no volume de negócios reduziu de 2018 para a estimativa de 2019 (de 0,87 para 0,83) porque o aumento dos gastos foi mais que compensado pelo aumento dos rendimentos.

O peso dos gastos volta a subir da estimativa de 2019 para o orçamento de 2020 (de 0,83 para 0,90) devido sobretudo ao aumento dos gastos orçamentados explicitados anteriormente relativamente ao aumento dos rendimentos.

Refira-se a este propósito que, conforme já foi indicado no Plano de Atividades e Orçamento de 2019 (e em anos anteriores), o indicador do Peso dos Gastos Operacionais sobre o Volume de negócios seja inferior ao ano anterior, ou seja $GO/VN (N) < GO/VN (N-1)$, não tem aplicabilidade ao Orçamento da ENSE devido a fatores ocasionais como por exemplo a contabilização de perdas por imparidade em inventário ou reversões também associadas ao inventário que distorcem os resultados operacionais. Neste sentido, considerando a premissa prevista nos estatutos deste ente público de que deve orçamentar resultados (leia-se RAI) tendencialmente nulos para a URP (equivale a mais de 91% do orçamento), poderia ser adequado um indicador que expurgasse dos gastos operacionais o efeito desta imparidade e simultaneamente cumprisse a premissa de RAI próximo de zero. Esta entidade está a refletir sobre a hipótese de apresentar um indicador: $GO (expurgado imparidade)/VN < 0$, ano a ano, e aplicado à URP, como forma de medir a exigida eficiência operacional.

Deslocações e Estadas

No que respeita a esta rubrica prevê-se também a subida dos valores estimados para 2019, relativamente à execução de 2018, e um aumento de relevante para o orçamento de 2020 relativamente à estimativa para 2019 devido essencialmente ao aumento previsto com a atividade de fiscalização.

Ajudas de custo

Esta rubrica naturalmente deverá incrementar em 2020, considerando a aquisição de novas viaturas e o aumento das deslocações das equipas de fiscalização (agora em maior número).

Gastos com a frota automóvel

Número da frota automóvel

Designação	Un: €				
	Previsão	Estimativa	Execução	Var. 2020/2019	
	2020	2019	2018	Valor	%
Nº de Veiculos	16	10	7	6	60%

Esta rubrica registou em 2018 um gasto com a frota automóvel de cerca de 77,4K€ tendo em conta o aumento do parque de veículos comerciais/ligeiros que passou de 4 viaturas em 2017 para 7 viaturas em 2018.

Em 2019 está estimado adquirir mais 3 viaturas (híbridas cujo processo deverá ser concluído em novembro) que se reflete ainda de forma reduzida nos gastos com a frota em 2019.

Para 2020 o montante orçamentado de 145,6K€ (+87,2K€) conta com a aquisição de 1 viatura para a Unidade de fiscalização (UCP), e o aluguer operacional sob forma de leasing ou renting de mais quatro viaturas e ainda outra viatura, também nesta modalidade, para a Unidade de Administração Geral, num total de seis.

Estudos, Pareceres e projetos de consultoria

A rúbrica de estudos, pareceres e projetos de consultadoria, aumenta no triénio em causa por um lado, por força da intervenção da ENSE, E.P.E. na PolNATO, dos trabalhos de manutenção exigidos e investimentos prementes a realizar que salvaguardem a qualidade e quantidade de produto armazenado, que esteja em condições de segurança e por forma a proteger eventuais riscos ambientais e a proteção das populações locais, e por outro, por força de alguns projetos de desenvolvimento de ferramentas informáticas de apoio à gestão da fiscalização e integração de outras ferramentas transversais a esta entidade. No valor indicado em 2018 não estão incluídos estes trabalhos prestados no Polnato.



Unid:€

Designação (€)	Previsão	Estimativa	Execução	Var. 2020/2019	
	2020	2019	2018	Valor	%
Gastos totais com pessoal (1)= a)+b)+c)+d)+e)+f)+g)	2 222 907	1 598 237	1 423 570	624 670	0
a) Gastos com Órgãos Sociais	241 010	223 296	201 270	17 714	0
b) Gastos com Cargos de Direção	396 331	325 833	281 275	70 498	
c) Remunerações com pessoal (i)+ii)	1 078 211	710 786	665 813	367 425	1
i) Vencimento base + Subs. Férias + Subs. Natal	742 434	499 817	523 418	242 617	0
ii) Outros Subsídios (almoço,...)	290 177	210 969	142 394	79 208	0
iii) Valorizações Remuneratórias	45 600	0	0	45 600	
d) Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	
e) Ajudas de custo	29 400	16 531	17 640	12 869	1
f) Restantes encargos (TSU, seguros,...)*	477 955	321 790	257 573	156 165	0
g) Rescisões / Indemnizações	0	0	0	0	
Gastos totais com pessoal (2)= (1) sem o Impacto das medidas identificadas em (iii) e (g)	2 222 907	1 598 237	1 423 570	624 670	0
Designação (em número)	Previsão	Estimativa	Execução	Var. 2020/2019	
	2020	2019	2018	Valor	%
Nº Total de RH (OS+Cargos Direção+Trabalhadores)	53	37	33	16	0
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	5	5	5	0	0
Nº Cargos Direção sem O.S. (número)	12	10	9	2	
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (número)	36	22	19	14	1
Gastos de Dirigentes/Gastos com Pessoal (b)/((1)-(g))	0,2	0,2	0,2	0	

(* Incluiu-se Formação

Os gastos globais com o pessoal registam um ligeiro aumento de 2018 para os montantes estimados para 2019 devido à substituição de dois colaboradores cuja saída ocorreu em exercícios anteriores e à contratação de mais dois trabalhadores em 2019 no seguimento da aprovação por parte das tutelas, conforme foi oportunamente indicado.

Para 2020 o aumento considerado de 624,7K€ relativamente à estimativa de 2019, deve-se:

- prevê-se uma subida por via do novo estatuto remuneratório para os órgãos sociais (cujo efeito máximo é produzido a partir de dezembro de 2019 logo com impacto total em 2020). A este propósito refira-se que se procedeu a um ajustamento do nível salarial para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal tendo subjacente o Despacho-Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Orçamento e do Senhor Secretário de Estado da Energia, na sequência da fixação, em 3 de dezembro de 2014, do respetivo estatuto remuneratório decorrente da classificação B à EGREP (atual ENSE, E.P.E.), bem como o Despacho-Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Orçamento e do Senhor Secretário de Estado da Energia, de 8 de maio de 2015, que nomeia o novo Conselho Fiscal e fixa o respetivo estatuto remuneratório, desde que essas alterações remuneratórias sejam enquadradas em sede de LOE 2018.

- prevê-se uma valorização remuneratória do quadro do pessoal estagnado há mais de 5 anos (alguns dos quais há mais de 8 anos), orçamentado em 45,6K€ para 2020;
- a entrada de 16 novos trabalhadores dos quais 11 a afetar à Unidade de fiscalização e outros 5 à Unidade transversal, contabilizados a partir de julho de 2020.

Para 2021 prevê-se um incremento do gasto de pessoal decorrente do processamento de um ano inteiro dos trabalhadores que entraram em julho de 2020, tendo em atenção que número de trabalhadores do quadro se mantém idêntico a 2020.

Para 2022 o orçamento aponta para uma estabilização dos gastos globais com o pessoal em linha com o ano de 2021.

F- PLANO DE SUSTENTABILIDADE

Síntese Conclusiva

Tal como referido no enquadramento do ponto *B - Programa de atividades para 2020*, do presente documento, o mesmo tem subjacentes as competências que a ENSE, E.P.E detém enquanto Entidade Central de Armazenagem portuguesa, mas, também, as novas competências atribuídas a esta entidade, após a publicação do Decreto-Lei nº 69/2018, de 27 de agosto, que veio atribuir vastas competências à ENSE, E.P.E., no âmbito da função de supervisão e fiscalização de todo o setor energético nacional.

Tal como decorre deste contexto, a análise da sustentabilidade da ENSE, E.P.E. pode e deve ser efetuada em diferentes planos:

A sustentabilidade económica continua a verificar-se, apesar das naturais alterações organizativas para adequar a estrutura ao conjunto mais alargado de responsabilidades legais, em consequência da manutenção da filosofia que conduz à implementação de uma estrutura operacional equilibrada, multidisciplinar e com resiliência operacional, alavancada pela evolução positiva da economia portuguesa e do crescimento verificado no Produto Interno Bruto, correlação direta dos níveis de atividade económica, com efeitos positivos e de crescimento na procura e nos níveis de introduções ao consumo que são o principal fator indutor na evolução das receitas da ENSE, E.P.E..

Contudo, numa economia aberta como é a portuguesa, é necessário continuar a avaliar de forma constante o contexto geopolítico e económico internacional, para projetar eventuais riscos, decorrentes sobretudo de dinâmicas que podem gerar externalidades no nosso país, permitindo uma estimativa de cenários futuros que contextualizem as decisões e ações desta entidade.



Por outro lado, o Conselho de Administração da ENSE E.P.E., continua a atribuir uma especial atenção à sustentabilidade e redundância da estrutura organizativa, atendendo à necessidade de, por um lado gerir e otimizar um quadro de Recursos Humanos com potencial de crescimento que garanta o adequado cumprimento das competências alargadas da organização, e por outro manter uma estrutura com caráter minimalista de forma a garantir a contínua competitividade e excelência que diferencie esta entidade no contexto de defesa intransigente da sua missão de serviço público.

A Sustentabilidade envolve a necessidade e capacidade de monitorizar as necessidades atuais e futuras da organização, e assegurar o planeamento e investimento coerente e estruturado de ações estratégicas dirigidas a garantir as melhores condições do desenvolvimento, atentas as necessidades sociais, laborais, as obrigações estatutárias da organização e os meios a que pode recorrer, visando continuar a garantir uma interação com valor acrescentado positivo com todos os seus *stakeholders*. Nesta área, a ENSE, E.P.E. irá continuar a promover as melhores práticas através de um interação proativa e diálogo constante com as nossas congéneres Europeias e operadores no mercado nacional, bem reforçando a aposta em novos e melhorados sistemas de informação, alavancando um padrão de informação completa, transparente e criando condições para melhorar a perceção da utilidade diária da existência de um supervisor credível, independente e com força de agir em benefício do interesse público.

Em síntese, o diagnóstico da sustentabilidade da ENSE, E.P.E. apresenta conclusões variadas, consoante a perspetiva: no domínio da responsabilidade social esta entidade continua a afirmar-se como uma estrutura proativa; nos domínios económico e organizacional, prossegue um plano de investimentos equilibrado mas ambicioso que potencie uma gestão mais eficiente, com uma estrutura de recursos humana ágil e capaz de responder aos desafios, e que assegure o cumprimento adequado de um conjunto alargado de responsabilidades, mantendo a competitividade junto dos operadores económicos de todo o setor energético nacional. Do ponto de vista ambiental, a ENSE, E.P.E. promove a utilização de energias renováveis nos transportes (biocombustíveis), fiscaliza a sustentabilidade dos biocombustíveis e acompanha o cumprimento das obrigações internacionais em matéria de redução de emissões de Gases com Efeito de Estufa, dedicando agora bastante atenção a todas as atividades ligadas à produção de energia com base em fontes renováveis, numa altura em que o paradigma de desenvolvimento civilizacional está assente na capacidade de encontrar novas soluções que acrescentem sustentabilidade e um comportamento ambiental responsável. Assim, a sustentabilidade ambiental está sempre presente como uma preocupação transversal a toda a atividade da ENSE. E.P.E.

a) *Responsabilidade Social*

Face a um contexto mundial em que todas as projeções reafirmam que o petróleo continuará a ser, por muitas décadas, ainda, a principal fonte de energia primária, a existência de reservas de segurança dos respetivos produtos, para além do cumprimento da diretiva comunitária e das

obrigações legais inerentes, deve ser vista como um reforço da garantia do normal desenvolvimento da vida económica e social, assegurando uma capacidade de resposta adequada a eventuais cenários de disrupção do normal funcionamento do setor petrolífero. Neste sentido, a existência de reservas de segurança de derivados de petróleo - com o atual modelo organizativo - contribui para assegurar a normalidade da qualidade de vida da sociedade, mantendo a economia a funcionar e o bem-estar das populações- como se tornou bem visível ainda recentemente, onde o Plano de Emergência desenvolvido pela ENSE, E.P.E., foi fulcral para garantir uma resposta operacional que impediu perturbações mais significativas no funcionamento normal da nossa sociedade.

Para além disso, a ENSE, E.P.E. no âmbito das suas competências estatutárias, nomeadamente quanto ao controlo da qualidade dos combustíveis, continua a promover a colheita de amostras em todo o território nacional para análise. Com a publicação dos resultados analíticos, a ENSE, E.P.E. mantém a tradição de proceder à doação das amostras de combustível - não utilizadas na análise - a instituições de solidariedade social legalmente reconhecidas e que manifestaram o interesse em ser contempladas, bastando para tal o seu registo através do site institucional. O modelo de atribuição continua a manter-se, ou seja, a identificação da instituição é publicada por ordem de registo, sendo que a doação de combustível (gasóleo e gasolina) é efetuada através de sorteio. A ENSE, E.P.E. publica no seu *site* as doações efetuadas.

Assim, fica demonstrada a preocupação existente no conjunto das suas Unidades funcionais onde se desenvolvem ações que demonstram de forma inequívoca a sua responsabilidade do ponto de vista social.

b) Sustentabilidade Ambiental

O principal vetor onde a ENSE; E.P.E. continua a promover a sustentabilidade ambiental é na área dos Biocombustíveis. Procura-se promover a utilização de combustíveis de origem renovável nos transportes rodoviários, assegurando a fiscalização do cumprimento das metas nacionais de reduções de emissões de Gases com Efeito de Estufa e a sustentabilidade do biocombustível comercializado segundo critérios europeus bastante restritos. No quadro da implementação das políticas de sustentabilidade, a ENSE, E.P.E. é membro do Regime Voluntário ISCC (*International Sustainability and Carbon Capture*).

A ENSE, E. P.E. atua ainda no domínio do petróleo e seus derivados, mas é fundamentalmente uma gestora de contratos, não operando diretamente instalações ou processos logísticos.

Em 2010, as fontes não-renováveis de energia responderam por 87% do consumo mundial, sendo a parte dos derivados de petróleo de 34%; em 2030, prevê-se que estas proporções evoluam para, respetivamente, 82% e 28%². Assim, independentemente das preocupações ambientais estarem cada vez mais na ordem do dia, e do objetivo civilizacional que passa por garantir uma progressiva descarbonização da nossa sociedade, as fontes não renováveis de energia continuarão, no futuro

² BP Energy Outlook 2030, janeiro de 2012.

previsível, a ser parte indispensável das fontes de energia. Nestes termos, enquanto o recurso a combustíveis fósseis continuar a ser indispensável para o funcionamento da economia e do modo de vida das sociedades e populações, a questão ambiental ter-se-á que colocar em termos do controlo e minimização das externalidades negativas para o ambiente, sem que haja alternativa realista.

A ENSE, E.P.E. apenas opera com entidades dotadas de gestão e tecnologias modernas, sujeitas a regulamentação avançada e ao escrutínio das autoridades competentes.

c) Adoção de Planos de Igualdade | Medidas concretas no que concerne ao Princípio da Igualdade de Género

A ENSE, E.P.E. continua a garantir uma resposta dinâmica, equilibrada e adequada na gestão e adaptação da sua reestruturação orgânica por forma a dar resposta cabal e credível às competências estatutárias e legais de que está investida. Nesse sentido, o processo de gestão de recursos humanos, tem procurado assegurar que a equipa de colaboradores continua motivada e focada no cumprimento dos objetivos, amparados por uma prática contínua na qualificação e formação dos seus colaboradores.

A implementação de um Plano de Igualdade, no que concerne à maior igualdade de género e salarial deverá concretizar-se com a estabilização da equipa de colaboradores da ENSE, E.P.E., salientando-se desde já que, no ano de 2018, esta entidade registou um rácio de cerca de 46% de mulheres no universo dos 28 colaboradores existentes, excluindo os Órgãos Sociais.

No que concerne à redução de desigualdades e conciliação da vida pessoal e familiar dos trabalhadores, refira-se que, as medidas em vigor na empresa, quer ao nível da flexibilização dos horários, de férias, aplicam-se sempre que se revelem necessárias. Refere-se, a título de exemplo, que os horários dos trabalhadores estão adaptados às suas necessidades logísticas e familiares.

d) Identificação de Políticas de Recursos Humanos

A política de Recursos Humanos continua muito dependente do enquadramento que o setor público tem relativamente à contratação de técnicos. Na sequência das novas competências cuja transferência foi formalizada durante os últimos anos, a ENSE, E.P.E. procedeu à contratação de novos técnicos oriundos da Administração Pública (19 técnicos), embora condicionada pela disponibilidade de Recursos Humanos com adequação de competências profissionais às necessidades operacionais da ENSE, E.P.E., bem como pela disponibilização de trabalhadores por parte dos organismos de origem em regime de a Cedência por Interesse Público, o que nem sempre acontece.

Deve referir-se que uma das políticas da ENSE, E.P.E. é a rotatividade dos seus colaboradores em diversas funções, sempre que as respetivas competências o permitam, a fim de que possam adquirir mais capacidades funcionais e, desta forma, promover uma multifuncionalidade dos seus Recursos

Humanos, bem como permitir que possam ter um conhecimento mais abrangente das atividades desenvolvidas por esta entidade.

e) Sustentabilidade Económica

Deve-se distinguir entre a sustentabilidade do modelo de entidade de reservas em termos teóricos e como previsto nos seus Estatutos, da sustentabilidade da ENSE, E.P.E. no quadro da sua configuração global prevista, com competências reforçadas na supervisão e fiscalização de todo o setor energético.

Tendo em consideração os custos e proveitos envolvidos, respeitantes às novas competências atribuídas pelo Decreto-Lei nº69/2018, de 27 de agosto, é necessário, e neste momento imprescindível, uma reavaliação dos custos e proveitos a incorrer, sobretudo na imperiosa necessidade de dar resposta à latitude mais vasta de respostas operacionais que importa organizar e operacionalizar.

A existência de uma entidade, privada ou estatal, para gerir a totalidade ou parte das reservas de segurança de produtos petrolíferos corresponde à solução adotada pela esmagadora maioria dos países-membros da OCDE e da União Europeia, pelas vantagens percebidas ao nível da segurança do abastecimento energético, e pela garantia que é o melhor modelo para a gestão processual do conjunto de decisões e contratações que asseguram o cumprimento cabal das responsabilidades a um nível de eficiência de recursos e de eficácia de resultados que não poderia ser cumprido de outra forma tão benéfica para o conjunto do setor petrolífero nacional.

Na medida em que este tipo de entidade opera sem fins lucrativos, sujeita à fiscalização dos Estados respetivos, tem, à partida, condições para que a sua atividade se traduza num benefício para o setor e para os consumidores, o que é condição da sua aceitação e, logo, da sua sustentabilidade. De facto, os operadores do setor - destinatários diretos da atividade da ENSE, E.P.E. - podem assegurar de forma vantajosa a manutenção das reservas de segurança, com um custo bastante competitivo, tendo nos últimos anos, mesmo perante o facto de nos últimos meses termos assistido a um aumento significativo dos custos de armazenagem, ainda assim permitido que a ENSE, E.P.E. continue a propor uma prestação unitária muito competitiva à disposição de todos os operadores obrigados à constituição de reservas.

Assim sendo, a primeira condicionante a que continua a estar sujeita a sustentabilidade da ENSE, E.P.E. reside na natureza da sua missão:

- a) Aquisição de reservas: a transposição para a legislação nacional das normas contidas em diretivas europeias sobre os processos de aprovisionamento, estará em sintonia com os estatutos da ENSE E.P.E., quanto ao regime de aquisição de reservas e rotação de existências, regendo-se pelas

regras, procedimentos e melhores práticas em uso no referido mercado, devendo salvaguardar a estrita obediência aos princípios desse mercado:

- Concorrência e não discriminação de potenciais fornecedores;
- Documentação e auditabilidade dos procedimentos;
- Adjudicação pelo menor custo, ou pela proposta economicamente mais vantajosa;
- Salvaguarda do cumprimento dos contratos por parte dos contratantes;
- Rotação de existências conforme o princípio de levantamento e reposição, num prazo de 90 dias;

b) Venda de reservas excedentárias: as reservas da ENSE; E.P.E. não se destinam a operações comerciais, estando registadas a custo de aquisição, tal como previsto nos seus estatutos e à semelhança do que ocorre com a generalidade das suas congéneres. Assim sendo, caso tenha que vender as reservas, registará um ganho significativo³. De acordo com os estatutos da ENSE E.P.E., qualquer venda exige autorização prévia dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Energia.

Recordam-se os traços essenciais do modelo de financiamento da ENSE, E.P.E.:

- Os custos operacionais são integralmente recuperados através do preço dos serviços (como “Custo de Armazenagem” faturados aos operadores);
- O resultado líquido deve ser tendencialmente nulo (nulo em termos de orçamentação);
- As reservas são financiadas com financiamento alheio.

Este modelo de financiamento não constitui uma especificidade portuguesa, antes corresponde à prática generalizada na União Europeia, no cumprimento da diretiva 2009/119/CE, mas também às exigências que estão subjacentes à adesão à Agência Internacional de Energia.

Deste modo, a sustentabilidade da ENSE, E.P.E., é razão direta da sua possibilidade de desempenhar cabalmente a sua missão de adquirir, manter e gerir as reservas de segurança a seu cargo.

A sustentabilidade económica da ENSE, E.P.E. depende igualmente da sua capacidade de ser competitiva nos custos, apresentando-se assim, como um benefício para o setor, o que tem conseguido ser desde o início, e pela forma pró-ativa, disponível e atuante como tem construído uma relação leal e de confiança com todos os seus stakeholders.

A sustentabilidade económica da ENSE, E.P.E. enfrenta desafios relevantes, pela fundamental e incessante procura de uma melhoria no modelo organizacional de implementação desta entidade. Esta vertente irá merecer, por parte do Conselho de Administração especial atenção: por um lado manter um quadro organizativo com potencial de crescimento, por outro manter uma estrutura com o mínimo de recursos versus desafios por forma a garantir competitividade face aos operadores, maximização das competências e uma eficácia operacional no cumprimento das suas missões.

³ Como ocorreu em 2005, por ocasião da crise do furacão *Katrina*,

Uma organização sustentável economicamente deve ter uma estrutura adequada às funções que quer desempenhar, os meios humanos para lhes dar corpo e o conhecimento necessário para esse fim. A sustentabilidade requer que o conhecimento seja da organização, e não apenas de um ou outro dos seus colaboradores. Neste âmbito, é importante a constituição de equipas com recursos humanos que possam desenvolver as suas competências de uma forma redundante e que acrescentem capacidade de resposta solidária, qualificada e coletiva aos desafios que diariamente são necessários abraçar e ultrapassar com sucesso.

Lisboa, 15 de outubro de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Filipe Meirinho
(*Presidente*)



José Reis
(*Vogal Executivo*)

DOC I

Ata do CA
que aprova
o
PAO 2020

ENTIDADE NACIONAL PARA O SETOR ENERGÉTICO, E.P.E.

Pessoa Colectiva número 506084361

Conselho de Administração

Ata n.º 74

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, pelas onze horas, na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício D, 1º andar, em Lisboa, reuniu extraordinariamente o Conselho de Administração da Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E., pessoa coletiva número 506084361, com o capital social de duzentos e cinquenta mil euros, integralmente realizado, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Único: Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2020. -----

Encontravam-se presentes o senhor Dr. Filipe Rodrigues Meirinho, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, o senhor Dr. José Manuel da Silva dos Reis, na qualidade de Vogal Executivo do Conselho de Administração, e a Sr.ª Dr.ª Rita Teles Branco, que, na presente reunião, assegurou as funções de Secretária.-----

Passando, de imediato, ao ponto único da ordem de trabalhos, deliberou o Conselho de Administração aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2020. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, pelas onze horas e quinze minutos e lavrada a presente ata, que vai a assinar. -----

José Reis

Vogal Executivo

Filipe Meirinho

Presidente do Conselho
de Administração

